

Felipe Correa Oliveira de Mello

O Pensamento crítico-reflexivo como defesa na era da
desinformação

Dissertação de mestrado
Fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

FELIPE CORREA OLIVEIRA DE MELLO

O pensamento crítico-reflexivo como defesa na era da desinformação

RIO DE JANEIRO

2021

FELIPE CORREA OLIVEIRA DE MELLO

O pensamento crítico-reflexivo como defesa na era da desinformação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider

RIO DE JANEIRO

2021

FELIPE CORREA OLIVEIRA DE MELLO

O pensamento crítico-reflexivo como defesa na era da desinformação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 10/02/2021



Prof. Dr. Marco Schneider – Orientador
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Prof. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Prof. Dra. Denise Tavares
PPGMC - UFF

CIP - Catalogação na Publicação

MM527p Mello, Felipe Correa Oliveira de
O Pensamento crítico-reflexivo como defesa na era da desinformação / Felipe Correa Oliveira de Mello.
-- Rio de Janeiro, 2021.
84 f.

Orientador: Marco André Feldman Schneider.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.

1. Desinformação. 2. Competência em Informação. 3. Competência Crítica em Informação. 4. Ética em Informação. 5. Pensamento Crítico-Reflexivo. I. Schneider, Marco André Feldman, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que É desde antes de tudo, desde antes do próprio tempo; criador de mistérios profundos que intrigam os corações humanos, e que tem um amor tão imenso ao nível de se importar com seres tão ínfimos como nós.

Agradeço ao meu pai, Walter, que com seu jeito sempre demonstrou amor e cuidado por mim e pelo meu irmão.

Agradeço a minha mãe, Alba (*in memoriam*), por todo amor e carinho que me deu.

Ao meu irmão Daniel pelas conversas que me fazem pensar.

Ao meu amigo filósofo, Matheus, pelas boas dicas de leitura e pelos insights que nossos papos nos trazem.

Ao meu chefe, Fábio, que sempre me incentivou a seguir firme no caminho da pesquisa.

Ao meu orientador, Marco, que por meio de suas aulas e orientação me apresentou ótimos autores.

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes nesses tempos difíceis.

À minha namorada, Anelly, que sempre torceu por mim.

“Não darás falso testemunho contra o teu próximo”.

Êxodo 20.16

RESUMO

MELLO, Felipe Correa Oliveira de. **O pensamento crítico-reflexivo como defesa na era da desinformação**. 2021. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

A mente humana, apesar de ser uma poderosa “máquina de predição”, é vulnerável e passível de ser enganada. Questiona-se como a desinformação influencia a mente humana, fazendo com que o indivíduo acredite em mentiras. De mesma forma, pergunta-se o que pode ser feito para abrandar o problema da desinformação. Ora, as crenças pessoais e os preconceitos de cada indivíduo, aliado a vieses cognitivos, como o viés do raciocínio motivado e o viés de confirmação, podem agir como armadilhas mentais, fazendo com que a pessoa acredite em desinformações que confirmem a sua visão de mundo. Outro fator que pode levar a adesão a desinformação é a pressão social e o medo da perda da noção de Eu – ou a perda da identidade pessoal. Crê-se que a noção contemporânea de desinformação é semelhante ao conceito agostiniano de mentira, pois ambos trazem consigo a intenção do logro. A intenção do engano procura reforçar preconceitos e crenças, e presume-se que a desinformação, em seus formatos – ou manifestações – de *fake news*, omissão, *doxing* e má-informação, são construídas com técnicas de falácias lógicas comumente usadas por negacionistas da ciência. Acredita-se que o problema da desinformação não será resolvido, pois é uma prática antiga e comum nas sociedades humanas. Porém, pode ser possível atenuá-lo por meio do incentivo ao desenvolvimento e amadurecimento do pensamento crítico-reflexivo. A competência crítica em informação surge como meio crucial para tal incentivo, pois ela preconiza a suspensão da cotidianidade, assim como estimula a prudência de pensamento e a honestidade intelectual, de modo que o indivíduo se torne capaz, não só de avaliar o mundo exterior que o cerca, com seus semelhantes, mas também como de avaliar as suas percepções internas sobre as informações que ele recebe diariamente. Presume-se que quem alcança determinado desenvolvimento de pensamento crítico-reflexivo tenha certa obrigação ética para com aqueles que ainda não alcançaram tal amadurecimento.

Palavras-chave: Desinformação. Competência em Informação. Competência Crítica em Informação. Ética em Informação. Pensamento Crítico-Reflexivo.

ABSTRACT

MELLO, Felipe Correa Oliveira de. **O pensamento crítico-reflexivo como defesa na era da desinformação**. 2021. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

The human mind, despite being a powerful “prediction machine”, is vulnerable and liable to be deceived. It is questioned how the disinformation influences the human mind, causing the individual to believe in lies. In addition, it is questioned what can be done to mitigate the disinformation problem. The personal beliefs and individual preconceptions, allied with cognitive biases, like motivated reasoning bias and confirmation bias, can role like mental traps, leading the person to believe in disinformation that confirm his/her world view. Another factor that can lead to support for disinformation is social pressure and the fear of losing of the notion about self. It is believed that the contemporary notion of disinformation it is similar to Augustinian concept of lie; because both bring in themselves the intention of deceive. The intention of deceive seeks reinforce preconceptions and beliefs, and it is assumed that disinformation, in its formats – or in its manifestations – of fake news; omissions, doxing and malinformation, are constructed with technics of logical fallacies normally used by science denialists. It is believed that the problem of disinformation will not be solved, because it is an ancient practice and common in human societies. However, it can be possible mitigate it through stimulus to development and maturation of critical-reflexive thinking. The critical information literacy appears as crucial for such stimulus, because it advocates the suspension of daily life, as well as encourages the prudence of thought and the intellectual honesty. So maybe the person becomes capable, not only of evaluating the outside world, that surrounds it, with its equals, but also how to evaluate his/her own internal perceptions about the information that the person receives daily. It is assumed that who achieve certain development of critical-reflexive thinking has certain ethics obligation with whom that has not achieved yet such development.

Keywords: Disinformation. Information Literacy. Critical Information Literacy. Information Ethics. Critical-reflexive Thinking.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Desinformação que gera <i>misinformation</i>	28
Figura 2 -	Técnicas de Negação da Ciência FLICC	31
Figura 3 -	Suposta relação da FLICC com a desinformação	32
Figura 4 -	Expectativa Impossível	34
Figura 5 -	Mudança dos postes da baliza	34
Figura 6 -	<i>Argumentum ad hominem</i> ofensivo	37
Figura 7 -	<i>Argumentum ad hominem</i> circunstancial	37
Figura 8 -	<i>Tu quoque</i>	38
Figura 9 -	Falsa equivalência	42
Figura 10 -	Ladeira escorregadia	44
Figura 11 -	Desinformação e Indivíduo	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AS ARMADILHAS DA MENTE	15
3	A DESINFORMAÇÃO	23
3.1	AS TÁTICAS DE NEGAÇÃO DA CIÊNCIA COMO FORMA DE APROFUNDAMENTO DO CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO	29
3.1.1	Expectativas Impossíveis	33
3.1.2	Falácias Lógicas	35
3.1.2.1	<i>Argumentum Ad Hominem</i>	36
3.1.2.2	<i>Citação Fora de Contexto: o Espantalho</i>	39
3.1.2.3	<i>Ambiguidade</i>	40
3.1.2.4	<i>Simplificação Excessiva</i>	41
3.1.2.5	<i>Falsa Equivalência ou Falsa Analogia</i>	42
3.1.2.6	<i>Red Herring</i>	43
3.1.2.7	<i>Ladeira Escorregadia</i>	43
3.1.3	Especialistas Falsos	44
3.1.4	Seletividade	48
3.1.5	Teorias da Conspiração	49
3.2	MANIFESTAÇÕES DA DESINFORMAÇÃO	50
3.2.1	Fake News	50
3.2.2	Omissão	52
3.2.3	Doxxing e Má-Informação	53
3.3	A INFLUÊNCIA CESARÍSTICA E A DESINFORMAÇÃO	54
3.4	PROPOSTA DE UM MAPA CONCEITUAL PARA A DESINFORMAÇÃO	56
4	O PENSAMENTO CRÍTICO-REFLEXIVO NA ERA DA DESINFORMAÇÃO	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

“Portanto, cada um de vocês deve abandonar a mentira e falar a verdade ao seu próximo”.

Efésios 4.25

Desinformação é um fenômeno antigo, sendo junto com *misinformation*¹ e propaganda², uma característica comum da comunicação humana (POSETTI; MATTHEWS, 2018, p. 1). Apenas para ilustrar a antiguidade do tema em questão, segundo Julie Posetti e Alice Matthews (2018, p. 1), no período da Roma Antiga, Otaviano, querendo difamar seu adversário político, Marco Antônio, fez uma campanha detratora contra ele usando pequenos slogans escritos em moedas, como se fosse um estilo arcaico de *tweet*³. Supostamente, Otaviano, fazendo uso de informações falsas, conseguiu derrotar o seu adversário e veio a se tornar o imperador Augusto (KAMINSKA *apud* POSETTI; MATTHEWS, 2018, p.1). Assim, como nos dias do passado, a desinformação continua tendo influência penetrante, destrutiva e difamatória na contemporaneidade. Conta-se que, em 2004, houve uma notícia de que uma jovem francesa havia sido assaltada e brutalizada em um trem, na França. Segundo a história da jovem, adolescentes magrebinos⁴ foram violentos com ela e, além de a roubarem, a hostilizaram porque achavam que ela era judia. Para piorar a situação, os outros passageiros do trem foram omissos e não socorreram a moça (RANCIÈRE. 2004). Porém, com o tempo a história se provou mentirosa, e a jovem foi detida pela polícia, sendo acusada por “denúnciação de delito imaginário” (MULHER..., 2004). Segundo Rancière (2004), a jovem encenou toda a ocasião pois queria chamar a atenção de um companheiro que não lhe dava muito crédito. Rancière (2004) diz que há duas formas tradicionais de mentira de massa, sendo uma delas o rumor popular, e a outra a “mentira deliberadamente inventada por um poder, estatal ou outro, para atizar em seu proveito o ódio contra uma comunidade que serve de bode expiatório”. No entanto, Rancière afirma que a mentira da jovem francesa não se enquadrava em nenhuma

¹ *Misinformation* pode ser entendido como informação errada ou informação inexata, posta em circulação sem a intenção de dolo. Porém, como não há uma tradução acadêmica, em português, satisfatória para o termo, prefere-se mantê-lo em sua forma em inglês.

² Circulação de conteúdo para influenciar a visão de mundo de uma pessoa ou de um grupo, frequentemente usando a mídia convencional para aumentar a sua audiência (MARWICK; LEWIS, 2017, p. 27).

³ “Publicação numa conta da rede social Twitter = Tuíte” (TWEET, 2020).

⁴ “Relativo ao Magreb ou o que é natural ou habitante dessa região do Norte da África” (MAGREBINO, 2020).

dessas duas classificações. De acordo com esse autor, a mentira contada pela jovem não deve ser vista como apenas uma criação individual.

Pela maneira mesma como simula para fins privados um “fenômeno de sociedade”, ela mostra uma nova forma do falso. Essa forma não está ligada a nenhum excesso ou carência, mas ao funcionamento normal da máquina de informação, à relação normal entre informação e poder em nossas sociedades. A invenção “individual” dessa agressão racista era possível e plausível porque o acontecimento era de certo modo esperado pela máquina social de fabricação e de interpretação dos acontecimentos (RANCIÈRE, 2004).

Em nenhum momento aqueles que comentaram a notícia chegaram à conclusão mais simples: se diante de tal brutalidade nenhuma testemunha se manifestou, talvez fosse porque a violência não ocorrera (RANCIÈRE, 2004). Em todo caso, aparentemente, a disseminação de tal mentira se tornou possível, pois a sociedade foi induzida a crer que aquele tipo de agressão era capaz de acontecer. Ora, se um determinado tipo de crença é difundido no meio do cotidiano de determinada cultura, isso pode influenciar crenças individuais, levando as pessoas a tomarem certos tipos de atitude, além de terem uma forma de pensar que concorde com a crença principal daquela sociedade.

A escola, como força do Estado, participa da constituição da cultura da sociedade, pois ela impõe formas de pensamento que os indivíduos aplicarão espontaneamente às coisas e ao próprio Estado. Este, por sua vez, colabora determinadamente “para a produção e a reprodução dos instrumentos de construção da própria realidade social” quando prescreve “todos os princípios fundamentais de classificação”, produzindo categorias cognitivas ‘reificadas e naturalizadas” (BOURDIEU, 1992, 1997 *apud* MARTELETO, 2017, p. 36). No entanto, a escola sozinha não participa do estabelecimento total da cultura de determinado povo, embora possa conceber, influenciar e legitimar o pensamento da maioria. Isso para o bem ou para o mal. Para o bem, no sentido de influenciar o pensamento crítico-reflexivo na mente das pessoas; para o mal, no sentido de reprimir a crítica e o questionamento de como a sociedade tem evoluído.

Nas modalidades convencionais de ensino, questionar o porquê das coisas serem como são, e não de outra forma, assim como enxergar os obstáculos que impedem que tudo seja melhor, é deixado de lado (BEZERRA, 2019, p. 28). Vale constar também que a escola e a ciência produzida na sociedade estabelecida não são neutras de valores e, consciente ou inconscientemente, demonstram uma visão de classe, “uma concepção de como a sociedade deve ou pode ser organizada, sobretudo quanto às relações de produção”, que envolvem, além

do estabelecimento de metas produtivas, “o comando e a execução do conjunto das atividades sociais, incluindo aquelas de tipo científico” (SCHNEIDER, 2015, p. 200). Assim sendo, a sociedade estabelecida parece ter a capacidade de dominar o indivíduo comum por meio da força dos mitos e de uma publicidade organizada, que usa o progresso técnico e a conquista científica da natureza para criar uma forma de vida e de poder que reconcilia as forças que se oporiam ao sistema dominante. O sujeito então, sem perceber, acaba renunciando a sua capacidade de tomar decisões, e tem reprimida a sua necessidade de encontrar um caminho entre os seus interesses imediatos para os seus interesses reais (FREIRE, 2006, p. 51; MARCUSE, 2015, p. 33-34).

Porém, quando o sujeito acima mencionado tem a sua crença pessoal abalada por alguma ideia diferente daquela que é comum à sociedade, ele pode se encontrar em um estado cognitivo desconfortável, gerando alguma espécie de medo. “Como um terremoto que confunde a nossa confiança no próprio solo que estamos pisando, pode ser profundamente perturbador desafiar as nossas crenças habituais, fazer estremecer as doutrinas em que aprendemos a confiar” (SAGAN, 2006, p. 52). Carl Sagan escreve que “durante grande parte de nossa história tínhamos tanto medo do mundo exterior, com seus perigos imprevisíveis, que aceitávamos de bom grado qualquer coisa que promettesse suavizar ou atenuar o terror por meio de explicações”. O mesmo autor demonstrava preocupação com a sedução da pseudociência e das superstições que pareceriam mais atraentes a cada ano que passasse. (SAGAN, 2006, p. 44).

Portanto, questiona-se como a desinformação influencia a mente humana, fazendo com que o indivíduo acredite e se engaje em mentiras. De igual modo, pergunta-se o que se pode fazer para atenuar o problema pernicioso da desinformação.

Para tentar responder ao questionamento acima, a presente dissertação se divide em três seções principais mais as considerações finais.

A seção dois tem por título “as armadilhas da mente”. Apesar de ser um título que, talvez, remeta a uma análise mais profunda dentro da área de psicologia, a seção dois se foca na questão de como a mente humana pode se engajar na desinformação, buscando, inconscientemente – ou conscientemente –, ferramentas cognitivas para defender suas crenças e preconceitos quando estes são confrontados. Entende-se que aqueles que abraçam a desinformação não o fazem necessariamente por maldade, por falta de informação ou de estudo, mas sim porque a desinformação, ou confirma as crenças e preconceitos dos indivíduos, ou porque a pessoa se sente pressionada por uma maioria que crê nas desinformações. Nos dois

casos a mente humana é ludibriada por si mesma, fazendo com que a pessoa seja enganada por causa de sua percepção enviesada de mundo, ou seja conivente com a desinformação por causa do medo de expor uma ideia que questione a posição da maioria. Pensa-se que, iniciar o assunto a partir deste ponto de vista, poderá dar profundidade maior às seções seguintes.

A seção três aborda o tema “desinformação”. Tendo em mente as informações dadas na seção anterior, de que a mente humana, enganada e enganando-se, pode se engajar na crença das desinformações, foca-se, nesta seção, em como a desinformação guarda paralelo com o conceito agostiniano de mentira, e em como ela – a desinformação – pode ser composta por diferentes técnicas falaciosas de negação da ciência. Há a preocupação também de demonstrar uma diferença conceitual entre desinformação e *misinformation*, revelando que uma possui a intencionalidade do logro, enquanto que a outra não. Além disso, é colocado três tipos de manifestações da desinformação, sendo elas: *fake news*, omissão e *doxing* e má-informação⁵. Ainda é feito uma relação entre desinformação e o conceito de dominação cesarística. Ao fim da seção três é proposto um mapa conceitual para a desinformação e sua influência no indivíduo. Tal mapa é proposto pois ele pode trazer uma compreensão melhor sobre os conceitos abordados, assim como as relações existentes entre eles.

A seção quatro traz o tema do “pensamento crítico-reflexivo na era da desinformação”. Argumenta-se que o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo na pessoa advém de exercício e prática, além de certo esforço para superar a cotidianidade. Além disso, crê-se que o pensador crítico, em atitude de cooperação – e não de dominância – possui, de algum modo, obrigação ética para com aqueles que ainda não amadureceram o seu senso crítico. Pensa-se que o incentivo ao ensino do pensamento crítico-reflexivo na sociedade seria uma das formas para atenuar o problema da desinformação.

Finalmente, as considerações finais trazem uma reflexão sobre a tolice e a desinformação, além de advogar a necessidade de que os pensadores críticos tomem atitudes solidárias que possam incentivar o pensamento reflexivo na mente dos sujeitos.

⁵ *Doxxing* e má-informação, neste trabalho, fazem parte de uma mesma manifestação desinformativa.

2 AS ARMADILHAS DA MENTE

“O Partido lhe dizia para rejeitar as provas materiais que seus olhos e ouvidos lhe oferecessem. Essa era sua instrução final, a mais essencial de todas”.

1984 – George Orwell

“Para olhos tortos a verdade pode ter um rosto desvirtuado”.

Gandalf, em as Duas Torres – J.R.R. Tolkien

Em 1955 o psicólogo social Solomon E. Asch publicou um artigo no periódico *Scientific American*, onde relatou um experimento realizado com alguns universitários, que foram divididos em grupos de sete a nove pessoas. Tal experimento consistia em comparar o comprimento de linhas desenhadas em cartões com uma linha de referência. Os voluntários deveriam informar ao pesquisador qual das linhas apresentadas era igual à de referência. No entanto, foi combinado com a maioria que, em determinado momento, eles passariam a escolher a linha errada. Apenas um voluntário, de cada grupo, não foi informado sobre isso – este era o sujeito foco do estudo. Conforme o experimento de Asch prosseguia, a maioria dos participantes começou a ter uma opinião unânime, escolhendo sempre a linha errada, de modo a deixar o sujeito foco do estudo desconfortável, pois sobre ele insidiam duas forças opostas: a evidência de seus sentidos visuais e a opinião unânime da maioria. Outro fator que lhe causava desconforto era a necessidade de declarar publicamente a sua posição. Como resultado, a maior parte dos sujeitos foco, dos grupos participantes, compartilhavam da opinião da maioria, sendo poucos os que se mantiveram firmes em sua posição (ASCH, 1955).

A pressão social pode provocar nos indivíduos alguma espécie de angústia, gerando autoincerteza. Segundo Franz Neumann, “a angústia prejudica a liberdade de decisão, podendo até mesmo torná-la impossível – e assim somente um homem sem medo pode decidir livremente” (NEUMANN, 2017, p. 105). Supostamente, a partir desta ótica, uma pessoa, bem-

intencionada ou não, tendo uma opinião firme, pode influenciar uma massa de indivíduos que se encontra em um determinado contexto de perigo e/ou de grandes alterações sociais. Essa opinião firme, que influencia a muitos, pode, de alguma forma, gerar pressão social sobre aqueles que não partilham da mesma posição.

Hogg irá afirmar que “as pessoas precisam possuir um senso firme de sua identidade e de seu lugar no mundo, e para muitos o ritmo e a magnitude das mudanças podem ser alienantes”, prejudicando o seu senso de Eu, pois o indivíduo pode não saber lidar bem com novas situações, caso ele não possua os recursos materiais, sociais e psicológicos para encarar as mudanças (HOGG, 2019, p. 43). Opiniões majoritárias podem gerar no indivíduo, que pensa diferente, algum grau de autoincerteza, conduzindo-o ao medo do isolamento social. Para Asch, o consenso é imprescindível para a vida em sociedade. No entanto, quando o conformismo impera, o processo social torna-se poluído, de modo a levar o indivíduo a renunciar a suas capacidades pessoais de pensamento e sentimento (ASCH, 1955, p. 5).

Com base nas reflexões precedentes, pode-se formular a hipótese de que a autoincerteza forjada por pensamentos majoritários “polarizantes” que se disseminam na internet pode criar no indivíduo uma sensação desconfortável de ameaça ao seu lugar no mundo e às suas crenças. As pessoas que se encontram numa situação desagradável de opiniões dissonantes de suas crenças podem ser levadas a procurar líderes autoritários, de modo a se alinharem às suas ideias e ideais, “em busca de ideologias e visões de mundo que celebrem o mito de um passado glorioso” de modo que a pessoa se sinta confortável, mais uma vez, com a homogeneidade de pensamento, se alegrando “com a liberdade de acessar apenas informações que confirmem quem são, ou quem gostariam de ser” (HOGG, 2019). Neumann irá afirmar que as identificações cesarísticas⁶ – de um indivíduo para com um líder autoritário – podem possuir um papel na história quando as massas se encontram em uma situação real de perigo, “quando as massas são incapazes de entender o processo histórico, e quando a angústia ativada pelo perigo se torna angústia de perseguição neurótica (agressiva) através da manipulação” (NEUMANN, 2017, p. 122). Portanto, as massas que aguardam pela salvação de suas aflições por meio de uma “absoluta unicidade com uma pessoa”, atribuirão as origens de suas angústias a alguns indivíduos, que, hipoteticamente, trouxeram tais agonias ao mundo por meio de alguma espécie de conspiração. Os indivíduos, de certa forma, acabam por renunciar ao seu senso de

⁶ Identificação cesarística é um tipo de identificação afetiva entre a massa e o seu líder. Segundo Neumann, ela é uma espécie de identificação regressiva, “pois ela é constituída sobre um quase total encolhimento do Eu” (NEUMANN, 2017, p. 122).

eu, “em favor do líder de seu grupo, cujos interesses verdadeiros não têm necessariamente que corresponder aos interesses das massas (NEUMANN, 2017, p. 123-124). Importante colocar que, aparentemente, o próprio líder autoritário – ou aqueles que lhe dão suporte – cria e influencia narrativas conspiratórias.

Tendo observado tais coisas, talvez seja correto afirmar que a percepção de realidade do ser humano é frágil, sendo facilmente ludibriável, quer por suas crenças pessoais, que interferem em seu raciocínio lógico, quer por opiniões majoritárias, que confirmam preconceitos preexistentes ou forçam o indivíduo a aderir a tal posição por medo de isolamento social.

Segundo Wardle (2019) os indivíduos são programados para atenderem a gatilhos emocionais, de forma que são levados a compartilharem informações falsas, desde que isso venha a reforçar as suas crenças e preconceitos. No entanto, quando crenças diferentes entram em conflito, ou quando a realidade objetiva se demonstra diferente do pensamento do sujeito, as pessoas podem sentir um estado cognitivo desconfortável, conhecido como dissonância cognitiva. Para Van Bavel e Pereira (2018, p. 215), quando a pessoa se encontra nesse estado desconfortável, há uma tentativa de racionalizar o conflito gerado, de modo a torna-lo mais aceitável a sua crença. Os mesmos autores dizem que filiações políticas podem alterar a forma como os seres enxergam e percebem o mundo, sendo possível ocorrer que, em uma mesma informação visual apresentada para diferentes pessoas, exista diferentes interpretações, dependendo da inclinação política dos indivíduos (VAN BAVEL; PEREIRA, 2018, p. 218). Porém, deve-se ter em mente que “a verdade mais profunda é que a percepção nunca é uma janela direta para uma realidade objetiva” (SETH, 2019, p. 29).

Seth irá afirmar que é útil observar o fluxo de informações no cérebro “de baixo para cima” e de “cima para baixo”, onde a primeira se refere aos sinais que “fluem das superfícies sensoriais para dentro”, e onde a última se refere à contextualização que o cérebro dá àquilo que é percebido. O mesmo autor, referindo-se ao cérebro como “máquina de predição”, diz que “nossas percepções vêm tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro, e talvez até mais de dentro”, sendo um processo de construção ativa (SETH, 2019, p. 29-30). É interessante considerar, dentro deste contexto, que, de acordo com a teoria da identificação social, as pessoas definem as suas próprias identidades com relação a grupos sociais, de modo que cada identificação trabalha para proteger e reforçar a sua autoidentificação com o grupo (ISLAM, 2014, p. 1781). Segundo Seth, John Locke apresentou uma distinção entre as coisas, como tendo qualidades “primárias” e “secundárias”. “As qualidades primárias de um objeto, tais como

solidez e ocupação de espaço, existem independentemente de um observador. As qualidades secundárias, ao contrário, só existem em relação ao observador” (SETH, 2019, p. 30). Portanto, considerando que os indivíduos têm a capacidade de definir a si mesmos, assim como possuem a capacidade de se definir perante um tipo de grupo social, e considerando que as qualidades secundárias das coisas só existem em relação ao observador, talvez possa-se dizer que as coisas físicas, assim como os acontecimentos históricos, podem existir e ocupar um lugar no espaço-tempo, independente da mente de qualquer indivíduo. No entanto, as interpretações sobre as coisas físicas ou acontecimentos históricos podem depender da visão de mundo que a pessoa tem; e essa visão de mundo – que está atrelada a algum grupo ou forma de crença – influencia a percepção da realidade objetiva que cerca o indivíduo.

Colocado tal argumento, abre-se espaço para falar sobre o viés de confirmação e o viés do raciocínio motivado.

Guzzo e Lima afirmam que “pesquisas na área de psicologia cognitiva sugerem que as pessoas não são, naturalmente, boas avaliadoras de razões, especialmente quando refletem sobre ideias que lhes são caras”, pois, ao que parece, os indivíduos estão sujeitos “à influência de uma série de vieses cognitivos [...] que estão, em grande medida, fora de nossa atenção consciente” (GUZZO; LIMA, 2018, p. 3-4). Froehlich irá abordar o tema mencionando o conceito de *self-deception*, que descreve o fato de o indivíduo, consciente ou inconscientemente, escolher a ignorância ao invés da informação acurada. Froehlich ainda distingue dois tipos de *self-deception*: a motivada e a não motivada (FROEHLICH, 2017). No entanto, antes de discorrer sobre *self-deception*, torna-se importante buscar um termo em português para se usar no lugar de *deception*.

Vladimir de Paula Brito dá preferência ao uso da palavra *decepção*, justificando o seu uso devido à suposta inexistência de um termo em português que abarque “o ato de enganar um adversário, mediante uma ação planejada, e com o uso de um conjunto de métodos” (BRITO, 2015, p. 112). O autor descarta o uso de termos como *engodo*, *engano*, *embuste*, *logro*, dentre outras, afirmando que, pelo fato de serem amplamente utilizadas no senso comum, poderiam trazer certa confusão na compreensão do conceito. Brito ainda afirma que a tradução de *deception* para português é *decepção* que, segundo o autor, “embora expresse engano, engodo ou desinformação de um adversário, tem seu significado conhecido mais associado à palavra desilusão” (BRITO, 2015, p. 111). Porém, ao observar a definição da palavra *deception* em inglês, e comparando-a com a definição de *decepção* em português, percebe-se certa diferença.

O Oxford Student's Dictionary define *deception* como o ato de fazer alguém crer em algo que não é verdade⁷ (DECEPTION, 2012, p. 193). Já o Cambridge Dictionary define o termo como “o ato de esconder a verdade, especialmente para ganhar uma vantagem⁸. O mesmo dicionário dá uma definição para o termo quando usado em negócios, definindo-o como “métodos desonestos ou ilegais que são usados para ganhar alguma coisa, ou para fazer com que pessoas acreditem que algo é verdade quando não é”⁹ (DECEPTION, 2020a). O dicionário Merriam-Webster define *deception* como “o ato de fazer alguém aceitar como verdade ou como válido, o que é falso ou inválido – o ato de enganar”¹⁰ (DECEPTION, 2020b).

Tendo três definições de *deception* a partir de três dicionários de inglês, agora parte-se para a definição do termo *decepção*, a partir de três dicionários de português.

O dicionário Priberam da Língua Portuguesa define *decepção* da seguinte forma: “1. Ilusão perdida; 2. Desapontamento; 3. Malogro de uma esperança; 4. Desilusão” (DECEPÇÃO, 2020a). Já o dicionário online Dicio dá o seguinte significado ao termo: “Sentimento de desgosto, de mágoa ou de desalento; sensação de tristeza; circunstância emocional de melancolia; ausência de alegria: *ele teve uma grande decepção afetiva*”. Outra definição que o mesmo dicionário dá é: “Desapontamento que, causado por uma circunstância imprevista, caracteriza um mal: *decepção amorosa; decepção profissional*” (DECEPÇÃO, 2020b). Observando o Dicionário Michaelis Brasileiro da Língua Portuguesa, temos a seguinte definição: “Sentimento de descontentamento ou frustração quando o que se esperava não ocorre ou quando ocorre o que não se esperava; desapontamento, desilusão” (DECEPÇÃO, 2020c). Portanto, visto tais significados, percebe-se que as palavras *deception* e *decepção* são falsos cognatos. Porém, elas possuem, ao que parece, a mesma origem etimológica (DECEPTION, 2020c; ETIMOLOGIA... 2020). Tanto *deception* quanto *decepção* tem origem na palavra latina *deceptio*, que significa engano, dolo. Entretanto, atualmente a palavra *decepção*, em português, é utilizada com significado de desilusão, desgosto.

Assim sendo, para este trabalho, opta-se por não traduzir *deception* como *decepção*, dadas as informações acima. Contemporaneamente, o termo *deception* se aproxima dos significados dos termos engodo, engano e artimanhas. Ainda vale informar que, analisando a

⁷ “Deception: making somebody believe or being made to believe something that is not true: *He had obtained the secret papers by deception*”.

⁸ “the act of hiding the truth, especially to get an advantage: *He was found guilty of obtaining money by deception*”.

⁹ “dishonest or illegal methods that are used to get something, or to make people believe that something is true when it is not”.

¹⁰ “the act of causing someone to accept as true or valid what is false or invalid. The act of deceiving”.

definição que Froehlich dá ao termo *self-deception*, e comparando com o termo *deception* que é trabalhado na tese de Brito, vê-se uma diferença. Enquanto o primeiro parece abordar questões ligadas ao autoengano, o segundo, ao que parece, lida com questões que aparentam envolver artimanhas e engodos praticados por forças políticas, com vias de dissimular reais intenções e/ou prejudicar opositores. Dito isto, o termo em português que mais se aproxima do que Froehlich diz em seu artigo seria engano. Uma das definições que o dicionário Michaelis (ENGANHO, 2020) dá a palavra engano, é: “situação ou circunstância de estar equivocado; desacerto, desvio, equívoco”. Outra definição localizada no mesmo dicionário diz o seguinte: “erro de percepção; engano dos sentidos; fabulação, ilusão, imaginação”. Portanto, como engano parece atender bem a definição dada de *self-deception*, se dará preferência pelo uso do termo autoengano.

Assim, retornando ao assunto principal, Froehlich (2017) distingue dois tipos de autoengano: o motivado e o não motivado. O autoengano motivado seria uma forma de forçar a mente a crer em algo que não é verdade. Froehlich afirma que o termo *truthiness* (algo que poderia ser traduzido como veracidade) define bem o autoengano motivado. *Truthiness* é a crença baseada na intuição ou percepções do indivíduo, sem considerar evidências, a lógica, o exame intelectual ou os fatos atuais (WIKIPEDIA *apud* FROEHLICH, 2017). Aparentemente, o conceito de autoengano motivado guarda semelhança com o viés do raciocínio motivado. Esse viés se relaciona com os mecanismos intelectuais dos indivíduos quando estes procuram proteger sua crença pessoal, “buscando para isso quaisquer razões que parecem plausíveis para justificá-la” (GUZZO; LIMA, 2018, p. 6-7), de modo que as pessoas acessam, constroem e avaliam discussões e dados de modo enviesado, obtendo assim, uma conclusão preferida (RACIOCÍNIO... 2020). Guzzo e Lima afirmam que o raciocínio motivado pode ser visto “como um conjunto de vieses – entre os quais o viés de confirmação geralmente está presente – que direcionam o nosso raciocínio para uma determinada conclusão” (GUZZO; LIMA, 2018, p. 7).

O autoengano não motivado aparenta ser semelhante ao viés de confirmação. Segundo Froehlich (2017) o indivíduo evita informações que ele perceba como ameaça ao seu bem-estar e felicidade, e buscará informações que possam confirmar suas crenças. Para Guzzo e Lima (2018, p. 5) o viés de confirmação é um conjunto de “processos cognitivos que funcionam como uma espécie de linha de defesa de crenças e pontos de vista preestabelecidos”, sendo mais fortes quanto mais investimento e apreço o indivíduo possua por determinada ideia. Aparentemente, tais vieses guardam relação com a dissonância cognitiva, sendo mecanismos que os indivíduos

usam para proteger as suas crenças de potenciais ameaças a elas. Porém, essa tendência que os seres têm de dar mais atenção e peso às informações que apoiam as suas crenças do que a informações que dizem o contrário, se torna especialmente perigosa quando essas crenças são um pouco mais do que preconceitos (CARROLL, 2016). “Além disso, a internet potencializa ainda mais o viés de confirmação na incerteza, porque as pessoas querem estar cercadas de outros que pensam igual, para que suas identidades sejam continuamente confirmadas” (HOGG, 2019, p. 45).

Agnes Heller afirma que o comportamento conformístico na vida cotidiana facilita, “com o menor esforço possível, a participação na reprodução social”, onde esse mínimo esforço “promove uma integração sem conflitos com os interesses de nossa integração social”, poupando o pensamento e decisão individuais, “inclusive em campos nos quais essa individualidade é não apenas possível mas necessária, com o que se chega a apresentar como correto algo que de nenhum modo é verdadeiro: [esse algo correto] pode portanto, basear-se num juízo provisório falso”. A autora explica que um juízo provisório falso é um tipo de juízo provisório passível de correção, quer por meio de experiência, pensamento, conhecimento ou por decisão moral individual, “mas que não corrigimos porque isso perturbaria o êxito, a ‘correção’ evidente, ainda que não moral”. Heller afirma que, aqueles juízos provisórios que permanecem inabalados contra os argumentos da razão, são preconceitos (HELLER, 2016, p. 73-74). Segundo Heller, crer em preconceitos é cômodo pois protege o indivíduo de conflitos, além de confirmar suas ações anteriores. Além disso, a autora também afirma que “a maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes *dominantes*”, pois elas “desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive homens que representam interesses diversos” (HELLER, 2016, p. 75 e 84).

Essa mobilização das classes dominantes para manterem sua coesão por meio de preconceitos, ganha força dentro de uma realidade digital, onde há um grande fluxo de informações que fluem a velocidades que inspiram urgência e angústia. É nessa mesma realidade que a Indústria Cultural, que já apelava para emoções e crenças pessoais, desdobra-se em novas mediações sociotécnicas de informação. Estas são coordenadas por corporações que se utilizam de algoritmos e robôs para ampliar a sua margem de alcance, da captura de dados, passando por sua mineração e organização, ao direcionamento de informação. O processo se dá em escala ao mesmo tempo massiva, capilarizada e, ao que tudo indica, mais precisa que antes, influenciando, quer propositalmente ou não, o estabelecimento e o desenvolvimento do fenômeno da pós-verdade (SCHNEIDER; PIMENTA, 2019). Esse

fenômeno – pós-verdade – pode ser caracterizado como o “fato de crenças pessoais pesarem mais na formação da opinião pública do que evidências e argumentos racionais” (SCHNEIDER; PIMENTA, 2019), além de ter “muitas implicações políticas morais e institucionais” que afetam o cotidiano das pessoas (DUNKER, 2017, p. 20). No presente trabalho, o conceito de pós-verdade não será aprofundado, no entanto, se dará maior atenção ao conceito de desinformação e de algumas de suas manifestações. Mas se torna importante afirmar que é neste contexto do fenômeno da pós-verdade e de alta conectividade digital, que a desinformação encontra meios para se propagar com uma intensidade virótica mais potente do que em outras épocas.

3 A DESINFORMAÇÃO

“A Sabedoria e a Honestidade”

“São a fonte do sucesso abundante. Um bom entendimento casado com má intenção sempre foi uma monstruosa violação. A intenção maligna é o veneno da perfeição e, apoiada pelo saber, corrompe com mais sutileza. Desafortunada a eminência que trabalha na maldade! Conhecimento sem bom senso é uma dupla loucura”.

Baltasar Gracián em A Arte da Prudência

Como dito na introdução deste trabalho, a desinformação não é um fenômeno novo. Ela já possuía poder destrutivo e difamatório na antiguidade (POSETTI; MATTHEWS, 2018). O que se alterou com o passar das eras foi a sua capacidade de disseminação, pois o alastramento desinformativo foi ampliado dramaticamente graças a evolução das tecnologias de informação e comunicação, principalmente se se considerar que, com a popularização da internet no final do século XX e com a chegada das mídias sociais digitais no início do século XXI, os perigos da desinformação e da *misinformation* foram potencializados (POSETTI; MATTHEWS, 2018, p. 1).

Sobre isso, tem-se como exemplo uma pesquisa realizada em 2020 pela União Pró-Vacina¹¹ (UPVacina), que revelou um aumento de 383% em postagens com desinformação relacionada à vacina contra a Covid-19 no Brasil, entre o período de 1º de maio a 31 de julho de 2020. Além disso, redes de desinformação sobre saúde em outros cinco países (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Itália), chegaram a alcançar 3,8 bilhões de acessos

¹¹ “A União Pró-Vacina é uma iniciativa organizada pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) Polo Ribeirão Preto da USP em parceria com o Centro de Terapia Celular (CTC), o Centro de Pesquisa em Doenças Inflamatórias (CRID), os projetos de divulgação científica Ilha do Conhecimento e Vidya Academics, e o Gaming Club da FEA-RP”. Tem por objetivo reunir instituições acadêmicas e de pesquisa, poder público, além de órgãos e institutos da sociedade civil “para combater a desinformação sobre vacinas, planejando e coordenando atividades conjuntas durante todo o ano de 2020, explorando as potencialidades de cada instituição participante” (INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS – POLO RIBEIRÃO PRETO, 2020).

entre 2019 e 2020, tendo como facilitador de disseminação de desinformação o algoritmo do Facebook (MOREIRA, 2020; CARDOSO, 2020; AVAAZ, 2020a). Esse algoritmo procura ranquear os conteúdos que os usuários do Facebook podem ver, dando maior evidência àqueles posts que, supostamente, tenham uma certa quantidade de reações e comentários, revelando certo engajamento por parte da comunidade que utiliza o Facebook. Isso se torna problemático quando conteúdos desinformativos – geralmente sensacionalistas e provocativos – recebem grande quantidade de reações e comentários, fazendo com que o algoritmo do Facebook interprete o conteúdo desinformativo como relevante. O algoritmo, então, impulsiona tal conteúdo levando a um ciclo vicioso, onde informações falsas em saúde passam a ter maior visibilidade do que aquelas de conteúdo legítimo e verificável dentro dessa rede social (AVAAZ, 2020b).

Ao que parece, a disseminação da desinformação, apoiada por tecnologias que não são programadas para entender a qualidade da informação, é um negócio lucrativo. Segundo relatório do Global Disinformation Index (GDI), de 2019, houve um lucro anual estimado de 235 milhões de dólares para 20 mil sites que espalham desinformação. Isso ocorreu graças à tecnologia de publicidade programática, uma espécie de leilão on-line onde é possível comprar e vender espaços publicitários em websites em tempo real. Ainda segundo relatório do GDI, tal tecnologia constitui uma parte importante do mundo digital, sendo responsável por cerca de dois terços de todos os recursos digitais globais gastos com publicidade em 2019. O relatório afirma que, com o crescimento da publicidade digital, empresas que desenvolvem a tecnologia de publicidade programática deverão lidar com o risco de materiais publicitários pararem em domínios web que procuram desinformar (GLOBAL DISINFORMATION INDEX STAFF, 2019). Em outro relatório, o GDI estima que anunciantes irão, involuntariamente, prover cerca de US\$ 25 milhões a aproximadamente 500 sites de língua inglesa que disseminam desinformação sobre a Covid-19 em 2020. Cabe informar que esse relatório não incluiu publicidade veiculada em plataformas de mídias sociais ou de vídeo (GLOBAL DISINFORMATION INDEX STAFF, 2020).

Além do ganho financeiro, a disseminação de desinformações pode ser motivada por outras causas, sendo elas a influência política, tanto no estrangeiro quanto no país; por indivíduos que procuram causar caos¹²; ou por grupos e movimentos ideológicos que exploram

¹² Esses indivíduos que causam caos apenas pelo prazer de fazê-lo, são conhecidos como *trolls*. Marwick e Lewis definem esse termo como “aqueles que deliberadamente enganam as pessoas para provocar uma resposta emocional”. As duas pesquisadoras afirmam que os *trolls* possuem um histórico de manipulação midiática, aprendendo desde cedo como atacar figuras públicas e organizações, visando amplificar seus esforços através das

as tecnologias de informação e comunicação para propagar ideias perniciosas que, além de afetarem a opinião pública, causando prejuízos à sociedade, servem para influenciar o tribalismo político e o senso de identidade de suas audiências, levando-as a compartilharem suas mensagens. Importante destacar que, geralmente, tais motivações conversam entre si (MARWICK; LEWIS, 2017, p. 27; WARDLE; DERAKSHAN, 2017, p. 36; WARDLE, 2019, p. 48).

Tendo visto tais coisas, pode-se definir desinformação como toda informação comprovadamente falsa, inexata ou enganosa, produzida e apresentada com a intenção de obter vantagens econômicas e/ou para, deliberadamente, prejudicar uma pessoa, um grupo social, organização ou país. A desinformação é um conjunto de ações intencionais que armam cenários determinados, visando moldar a opinião pública de acordo com o interesse de quem produz a desinformação. Nas ações de desinformação, inúmeros mecanismos são utilizados para descontextualizar, fragmentar, manipular e para distorcer fatos, objetivando o engano nos indivíduos. Sua perpetuação entre todas as formas de mídia pode ser vista como estratégia política, e o ataque da desinformação a informações confiáveis e verificáveis é intensificado por políticos, ou movimentos políticos, que não concordam com fatos observáveis (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319 e 3323; ENTIDADE REGULADORA PARA COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2019, p. 2; FROEHLICH, 2020, p. 37; WARDLE; DERAKSHAN, 2017, p. 20).

A definição de desinformação guarda uma relação com a definição do conceito de mentira de Santo Agostinho. O filósofo irá afirmar que a mentira se encontra na intenção de enganar. Para ele

o mentiroso tem um coração duplo, isto é, um pensamento ramificado: um que, conhecendo ou sentindo [em seu espírito] qual é a verdade de fato, não se pronuncia, e outro que, mesmo conhecendo ou sentindo [que não é verdade], ainda assim, profere o que é falso. [...] A culpa do mentiroso está em seu desejo intencional de enganar, [e isso, de fato] quando engana, se acreditamos nele quando diz uma coisa falsa; ou quando não engana, seja por não acreditarmos nele, seja por ele, com vontade de enganar, dizer uma verdade que não considera tal; neste caso, ele não engana se se acredita nele, embora ele desejasse enganar, exceto na medida em que nos faz pensar que ele sabe o que diz e nisso crê (SANTO AGOSTINHO, 2019, p. 18).

Ainda em outra parte, Santo Agostinho afirma que “ninguém pode duvidar de que mente aquele que deliberadamente diz uma coisa falsa com intenção de enganar. Portanto, dizer uma coisa falsa com intenção de enganar é uma mentira declarada” (SANTO AGOSTINHO, 2019,

mídias. Frequentemente se colocam como apolíticos, e justificam o uso de imagens constantemente racistas ou sexistas, apenas como uma mera e conveniente ferramenta para ofender aos outros (MARWICK; LEWIS, 2017, p. 4).

p. 21). Neste caso, em termos agostinianos, podemos dizer que, supostamente, desinformação pode equivaler a mentira. Fetzer aparenta concordar com tal assertiva quando afirma que, de fato, a mentira parece ter paralelo com o conceito de desinformação (FETZER, 2004, p. 231). No entanto, Don Fallis irá discordar de Fetzer, ao alegar que “mentiras não são o único tipo de desinformação”. O pesquisador apresenta três razões para sustentar seu posicionamento. Na primeira razão é dito que, diferentemente das mentiras, a desinformação não precisa ser uma declaração. Segundo Don Fallis, Fetzer ignorou, em seu estudo, o que ele chama de desinformação visual, que compreende adulteração de fotografias e a confecção de mapas falsos. A segunda razão pronunciada pelo pesquisador, é que, ao contrário das mentiras, a desinformação não precisa ser necessariamente falsa. Fallis afirma que Fetzer não observou o que ele chama de desinformação verdadeira, que seria aquela construída com informações exatas, mas que objetiva causar o engano. A terceira razão dada pelo pesquisador seria que, diferente da mentira, nem sempre a desinformação teria a intenção de enganar. Don Fallis explica que Fetzer não observou o que ele chama de desinformação de efeito colateral. A isso, Fallis exemplifica citando um estudo, onde pesquisadores inseriram propositalmente informações erradas na Wikipédia, não com a intenção de enganar as pessoas que acessavam a página, mas sim com o propósito de verificar o tempo que demoraria para que aquelas informações falsas fossem corrigidas (FALLIS, 2014a, p. 138-139). Ao que parece, a desinformação de efeito colateral ocorre quando o indivíduo não percebe que a informação falsa, criada com outros propósitos, seja para estudos ou para satirizar alguma situação ou pessoa, é falsa. No entanto, as alegações de Fallis, supostamente, não fazem muito sentido se confrontadas com a sua própria definição de desinformação, principalmente se considerar a sua terceira razão para discordar de Fetzer. Segundo Don Fallis (2014a, p. 137), “desinformação é informação que é intencionalmente enganosa”. Ele também afirma que “a desinformação provém de alguém que está ativamente empenhado na intenção de enganar” (FALLIS, 2014a, p. 136). Ora, Derrida afirma que “a mentira não é um fato ou um estado, é um ato intencional”, onde tal ato, que é destinado “ao outro, a outro ou outros, a fim de enganá-los, de leva-los a crer [...] naquilo que é dito, numa situação em que o mentiroso, seja por compromisso explícito, por juramento ou promessa implícita, deu a entender que diz toda a verdade e somente a verdade” (DERRIDA, 1996, p. 9). Portanto, se a desinformação é definida como conteúdo falso criado com o propósito de enganar e causar danos a terceiros (FROEHLICH, 2020, p. 37; WARDLE, 2019, p. 48), e se “a culpa do mentiroso está em seu desejo intencional de enganar” (SANTO AGOSTINHO, 2019, p. 18), pode-se afirmar que a desinformação guarda paralelo com o

conceito de mentira, mesmo no caso de a desinformação conter informações verdadeiras em seu conteúdo, ou informações visuais manipuladas.

No caso da utilização de informação real e factível na desinformação, pode-se dizer que a verdade de seu conteúdo é desvirtuada e tornada em falsidade, quando “forjadores de palavras” (*wordsmithers*) manipulam o teor da informação, com a intenção de criar ideias equivocadas a respeito de um tema, promovendo o engano nas pessoas que acessam tais informações. Frank Luntz, estrategista do Partido Republicano dos Estados Unidos e propagandista, explica que o trabalho da linguagem é pegar palavras bem definidas no idioma, e “descobrir quais palavras e quais frases podem se aplicar em determinadas oportunidades e momentos” (INTERVIEW..., 2004). Froehlich afirma que Luntz utiliza a linguagem para a propaganda, e, para exemplificar isso, diz: “ao invés de usar a frase ‘exploração de petróleo’, em uma publicidade política, ele [Luntz] recomenda usar ‘exploração de energia’” (FROEHLICH, 2017). Brisola e Bezerra complementam a questão ao afirmarem que “a linguagem é utilizada para dar aparência de informação à opinião, sugerindo um distanciamento e neutralidade, quando na verdade carrega envolvimento e parcialidade”. Os dois autores demonstram que a linguagem utilizada para desinformar, além de rotular pessoas de modo positivo ou negativo, gerando e manipulando opiniões, esconde lutas de classes, de gênero, etnia e posição política (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3322). Talvez se possa afirmar que, na utilização da informação real com a intenção do logro, a mentira não se encontra no fato em si, mas sim naquele que intenta e compartilha o engano.

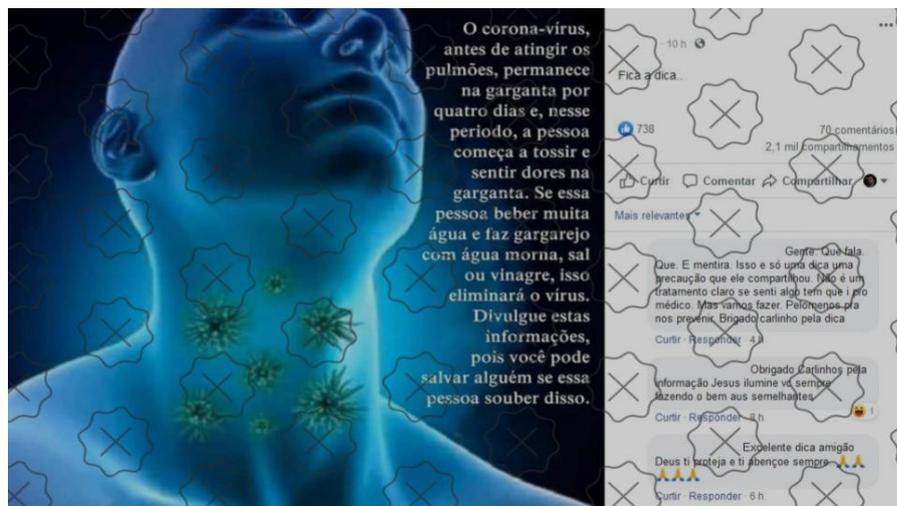
No entanto, nem todo aquele que compartilha algo falso tem intenção de enganar. Santo Agostinho afirma que

Quem expressa o que crê interiormente, ou guarda em seu pensamento aquilo que supõe, ainda que isso seja falso, não mente. Pois acredita [ser verdade] o que declara a sua fé, e, impulsionado por essa crença, a expressa conforme o que ele sente. No entanto, não ficará sem culpa, ainda que não minta, se acredita no que não deve acreditar, ou imagina que sabe o que na realidade ignora, mesmo que seja a verdade, uma vez que acredita conhecer aquilo que desconhece. Assim, mente aquele que tem uma coisa em seu espírito e enuncia outra diferente com palavras ou outros sinais (SANTO AGOSTINHO, 2019, p. 18).

Neste caso, a informação falsa que é compartilhada sem a intencionalidade do engano e do prejuízo, pode ser chamada de *misinformation*. Este conceito, que também pode ser entendido como informação inexata, pode levar as pessoas a um mal-entendido, “se resultadas de um erro honesto, negligência, viés inconsciente, ou (como no caso da desinformação) a partir de um engano intencional” (FALLIS, 2014a, p. 136). Froehlich (2017) determina que a

diferença entre desinformação e *misinformation* é a intencionalidade do engano, enquanto que Wardle e Derakshan (2017, p. 20) afirmam que *misinformation* é uma informação falsa, porém não criada com intenção de causar prejuízo. Os indivíduos que compartilham *misinformation*, por não saberem que uma parte da informação – ou toda a informação – é falsa, a compartilham nas mídias sociais, acreditando que, ao fazerem isso, estarão ajudando a outros (WARDLE, 2018, p. 44). Um exemplo que se pode citar a respeito deste caso, é a desinformação que se encontra na figura abaixo:

Figura 1 – desinformação que gera *misinformation*



Fonte: Aos Fatos¹³

Segundo Menezes (2020), a desinformação acima também circulou em outros países de língua estrangeira. Em português, as postagens com essa informação falsa chegaram a acumular quase 70 mil compartilhamentos até o dia 16 de março de 2020. Talvez a grande quantidade de compartilhamentos dessa desinformação possa ser explicada por uma característica psicológica conhecida como comportamento de manada. Essa característica “faz referência ao comportamento de animais que se juntam para se proteger ou fugir de um predador”. Com relação aos humanos, tal comportamento diz respeito “à tendência das pessoas seguirem um grande influenciador ou mesmo um determinado grupo, sem que a decisão passe, necessariamente, por uma reflexão individual” (GRAGNANI, 2017). No caso da figura 1, o próprio conteúdo desinformativo, aparentemente, impulsiona o comportamento de manada.

Para enriquecer o tema de informações inexatas, defende-se que o conceito de desinformação de efeito colateral pode guardar alguma relação com *misinformation*. Considera-

¹³ Acesso em 01/09/2020. Disponível em https://static.aosfatos.org/media/cke_uploads/2020/03/16/beber-agua-e-fazer-gargarejos-coronavirus_CsbHQJt.jpg

se que a desinformação de efeito colateral é constituída de informações falsas que não possuem o intento de enganar nenhum indivíduo, mas possuem outros propósitos, como a sátira ou fins de pesquisa que, no entanto, acidentalmente pode levar a pessoa ao equívoco (FALLIS, 2014a, p. 138-139; FALLIS, 2014b, p. 623). Talvez, assim, desse modo, pode-se afirmar que tais informações falsas possibilitam o sujeito a compartilhar *misinformation*. O mesmo ocorre, aparentemente, quando o indivíduo acessa desinformação, como aquela apresentada na figura 1, sem saber que está consumindo desinformação. Portanto, pode-se afirmar que *misinformation* é capaz de ser um dos efeitos colaterais da desinformação. Mas isso não significa dizer que a *misinformation* sempre terá origem na desinformação. A *misinformation* também pode ter origem em preconceitos e em vieses cognitivos.

Porém, por mais que não haja intenção do prejuízo, a *misinformation* pode causar danos. Retornando a uma citação de Santo Agostinho, já mencionada neste trabalho, é afirmado que a pessoa “não ficará sem culpa, ainda que não minta, se acredita no que não deve acreditar, ou imagina que sabe o que na realidade ignora, mesmo que seja a verdade, uma vez que acredita conhecer aquilo que desconhece” (SANTO AGOSTINHO, 2019, p. 18). Talvez, a culpa a que o filósofo se refere, de acreditar em uma informação falsa e compartilhá-la, se encontre na questão de o indivíduo não pensar, refletir ou criticar as informações que ele consome. Por mais que não exista a intenção da mentira e do dano, a pessoa, movida por algum sentimento de urgência, influenciado pela desinformação, dissemina inconscientemente¹⁴ informações falsas, aumentando a sua potencialidade destrutiva.

Observando tais características da desinformação e da *misinformation*, pensa-se, a seguir, como as táticas de negação da ciência podem contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre os fatores que compõem a desinformação.

3.1 AS TÁTICAS DE NEGAÇÃO DA CIÊNCIA COMO FORMA DE APROFUNDAMENTO DO CONCEITO DE DESINFORMAÇÃO

O negacionismo, segundo Mark Hoofnagle, é o emprego de táticas retóricas que procuram dar aparência de argumento ou de debate autêntico a ideias falsas. São técnicas, que geralmente se apoiam no apelo emocional, utilizadas para frustrar discussões legítimas, onde

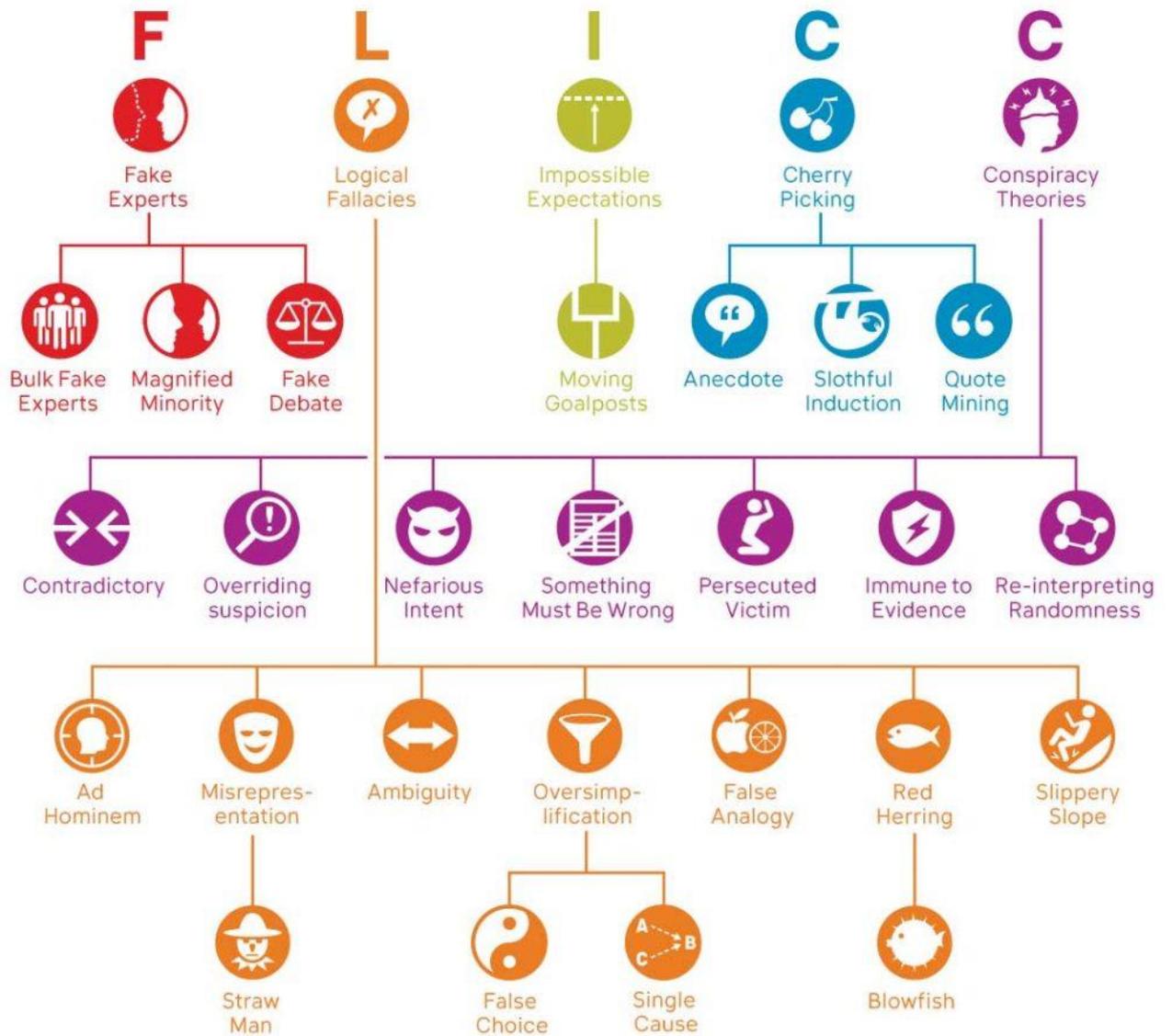
¹⁴ Inconsciente no sentido de não reconhecer a desinformação.

argumentos falsos são usados quando há pouco ou nenhum fato para sustentar um ponto de vista que se move contra um consenso científico, ou contra evidências irrefutáveis. Hoofnagle pontuou cinco táticas comuns usadas por negacionistas para disseminar o erro, sendo elas: conspirações; seletividade; especialistas falsos; expectativas impossíveis; e falácias lógicas (HOOFNAGLE, 2007a). John Cook, professor assistente e pesquisador no *Center for Climate Change Communication*, na Universidade George Mason – EUA, apoiando-se no trabalho de Hoofnagle, desenvolveu uma taxonomia das técnicas de negação da ciência, a qual ele nomeou de FLICC – *Fake Experts; Logical Fallacies; Impossible Expectations; Cherry Picking; e Conspiracy Theories*. Cada um desses termos é subdividido em outros, ampliando o entendimento a respeito dos termos principais (COOK, 2020). Supõe-se, neste trabalho, que a FLICC pode contribuir para uma parte do entendimento sobre a desinformação, considerando que, aparentemente, cada um dos termos chave apresentados pode ter algum papel no sistema da desinformação.

Para melhor compreensão, abaixo é apresentado o esquema proposto por Cook e, logo em seguida, é sugerido um primeiro mapa conceitual que visa relacionar os termos principais da FLICC com a desinformação.

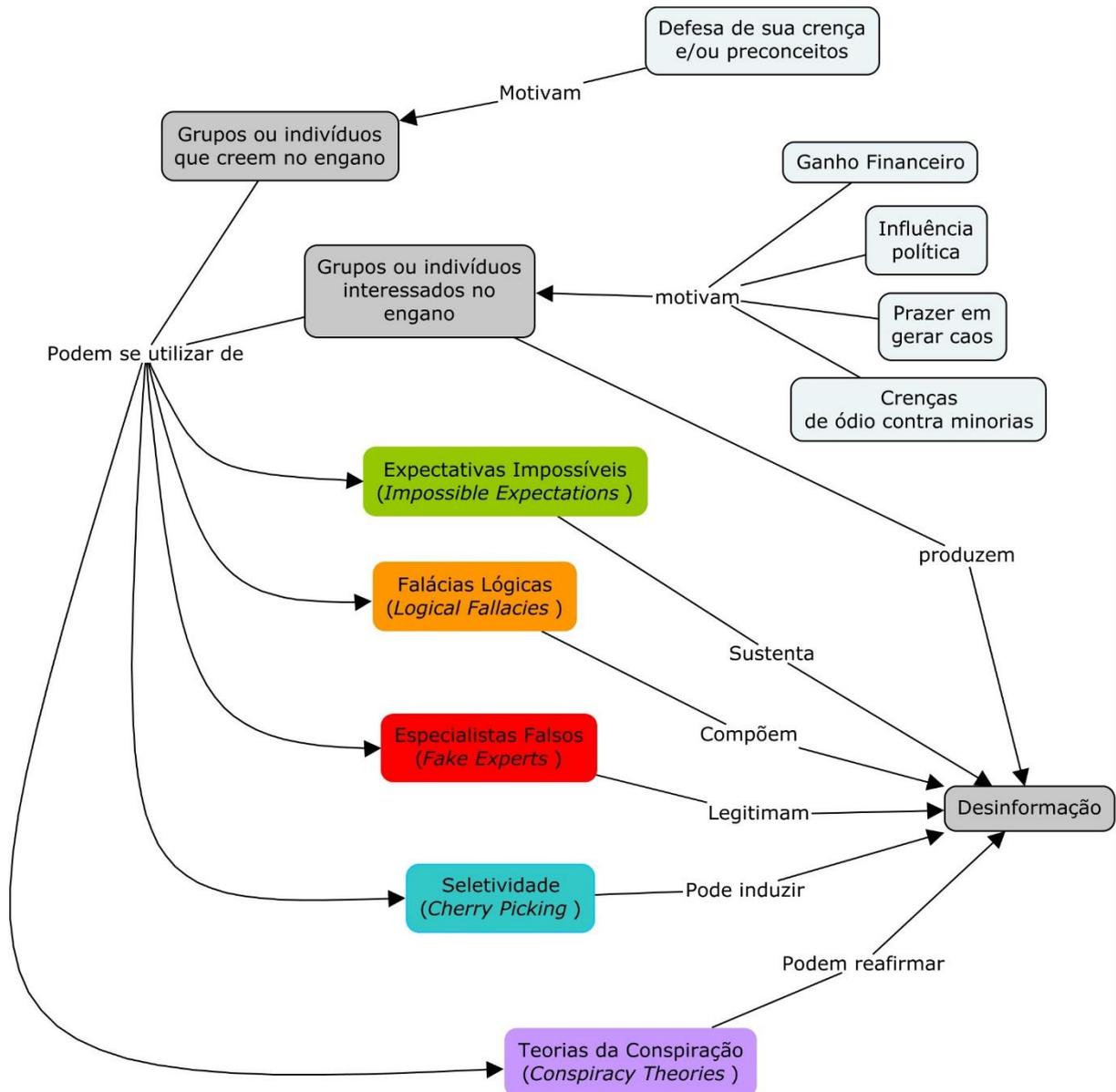
Figura 2 – Técnicas de Negação da Ciência FLICC

Techniques of Science Denial



Fonte: John Cook, 2020

Figura 3 – Suposta relação da FLICC com a desinformação



Fonte: próprio autor

Como se pode perceber ao observar a figura 3, supõe-se que grupos ou pessoas interessadas em enganar a terceiros, ou que creem no engano¹⁵, podem lançar mão das cinco táticas descritas por Hoofnagle e ampliadas por Cook. Cada uma dessas cinco táticas, como observado em suas conexões acima, aparenta possuir um determinado papel na Desinformação. Observa-se que o termo Expectativas Impossíveis, supostamente, sustenta a Desinformação, enquanto que as Falácias Lógicas parecem possuir um papel de composição da Desinformação. Os Especialistas Falsos legitimariam a Desinformação, e a Seletividade a induziria. Por fim,

¹⁵ Acredita-se que pessoas que creem na falsidade não possuem interesse proposital em enganar a terceiros. No entanto, para manterem o seu ponto de vista, podem usar cada uma das cinco táticas de negação da ciência como forma de justificar o seu pensamento equivocado, originando *misinformation*.

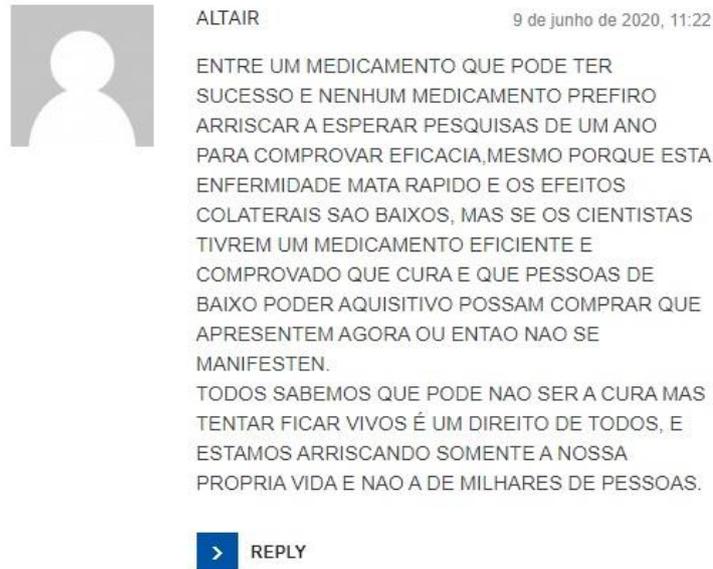
supõe-se que as Teorias da Conspiração podem reafirmar a Desinformação. Nas seções seguintes, cada um desses termos será analisado, tendo por objetivo a compreensão do que é apresentado na figura 3.

3.1.1 Expectativas Impossíveis

A noção de expectativas impossíveis descreve uma tática que torna qualquer explicação científica impossível de satisfazer um negacionista. É uma estratégia que exige da ciência certezas absolutas, tendo a implicação de que, se ela não alcança tais padrões impossíveis, a ciência então é inválida, podendo ser desconsiderada em favor da crença do negacionista (DUNNING, 2019; HOOFNAGLE, 2007b). Uma falácia relacionada à expectativa impossível é a falácia do “mover os postes da baliza”, que é utilizada “quando a evidência contra uma reclamação é rejeitada, insistindo injustificadamente que se proponham provas diferentes”, costumeiramente maiores que as primeiras (ALLEN, 2017). Mover os postes da baliza é uma maneira de evitar e rejeitar uma evidência científica que antes era requisito declarado para uma crença (HOOFNAGLE, 2007b). Supõe-se que as expectativas impossíveis e a falácia do mover os postes da baliza sirvam como um meio para sustentar a desinformação perante informações verídicas que desmentem a falsidade do argumento falacioso.

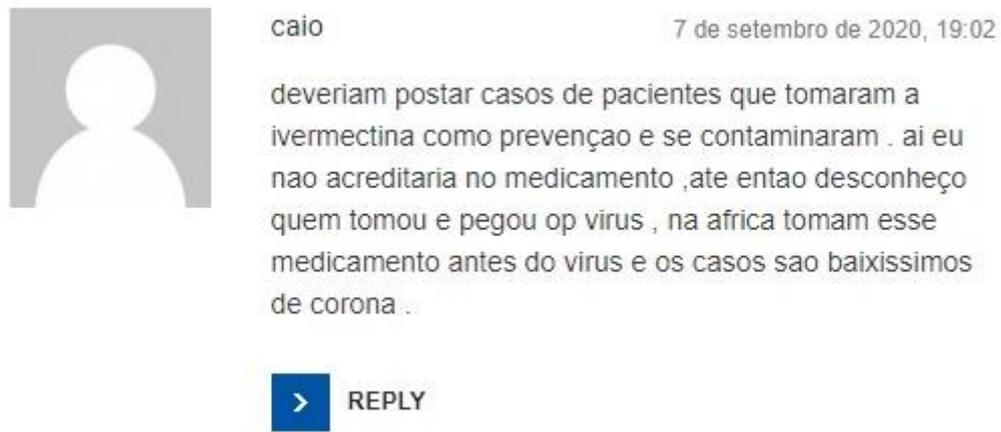
Para exemplificar a questão apresentada, pensa-se no caso do uso da ivermectina como suposta cura para Covid-19. Esse remédio, que é usado para tratar infecções causadas por parasitas, ganhou importância após um estudo da *Biomedicine Discovery Institute*, em Melbourne – Austrália. A pesquisa indicava que o medicamento era capaz de conter o avanço e inibir a replicação da Covid-19 in vitro. No entanto, apesar de o teste ter apresentado resultado positivo, isso não significa dizer que o medicamento, quando usado por humanos, possa ser eficaz contra o vírus. Pela falta de evidência de sua eficácia contra a doença, tanto o Ministério da Saúde do Brasil, quanto a *Food and Drug Administration* dos Estados Unidos não recomendam o uso do remédio para tratar Covid-19 (ROSA, 2020). Porém, apesar das evidências que demonstram que a ivermectina não deve ser utilizada para tratar o vírus, é possível encontrar comentários como os das figuras 4 e 5, logo abaixo:

Figura 4 – Expectativa Impossível



Fonte: Grupo A Tarde Comunicação, 2020

Figura 5 – Mudança dos postes da baliza



Fonte: Grupo A Tarde Comunicação, 2020

O comentário apresentado na figura 4, possui inúmeros problemas, porém, aparentemente, a expectativa impossível surge quando o autor diz: “[...] mas se os cientistas tiverem um medicamento eficiente e comprovado que cura e que pessoas de baixo poder aquisitivo possam comprar que **apresentem agora** ou então não se manifestem (*sic*)” (grifo

nosso). Já na figura 5, ao que tudo indica, é possível perceber a mudança dos postes da baliza. Considerando que as evidências científicas demonstram que a ivermectina não é eficaz contra a Covid-19, o comentário, para sustentar a sua razão, afirma que “deveriam postar casos de pacientes que tomaram a ivermectina como prevenção e se contaminaram”.

Ambos os comentários procuram, supostamente, diminuir a importância das pesquisas científicas, além de tentarem, de algum modo, dar sustentação à crença nessa desinformação. Tem-se em mente que, sempre quando uma nova evidência for apresentada aos crentes dessa desinformação – ou de quaisquer outras desinformações – sempre haverá, aparentemente, uma mudança de poste de baliza, aumentando a expectativa impossível sobre determinado assunto.

3.1.2 Falácias Lógicas

Supõe-se que as falácias lógicas podem ser componentes da desinformação, cumprindo um papel na construção de seus argumentos falsos. Ao que parece, falácia é um termo que se origina a partir do latim *fallacia*, que é um termo derivado do verbo *fallere*, que significa enganar (EQUIPE EDITORIAL, 2020). Pedro Hispano, citado por Abbagnano, afirma que “falácia é a idoneidade fazendo crer que é aquilo que não é, mediante alguma visão fantástica, ou seja, aparência sem existência” (HISPANO *apud* ABBAGNANO, 2007, p. 426). Já em outros lugares, falácia será definida como um erro ou raciocínio falho, onde este tem aparência de verdadeiro (SILVA, I; ARAÚJO; SILVA, E; BRITO; CABRAL, 2020; GREGÓRIO, 2020).

Embora sejam muitas, as falácias não possuem uma classificação universalmente aceita, porém, costuma-se categorizá-las em formais e não-formais (ALLEN, 2017; SILVA, I; ARAÚJO; SILVA, E; BRITO; CABRAL, 2020; COPI, 1978, p. 73). As falácias formais, segundo Allen (2017), são aquelas onde o argumento é falso “simplesmente porque sua estrutura é falha”, violando as regras da lógica. Já as falácias não-formais, de acordo com Copi (1978, p. 74) “são erros de raciocínio em que podemos cair por inadvertência ou falta de atenção ao nosso tema, ou então porque somos iludidos por alguma ambiguidade na linguagem usada para formular nosso argumento”. As premissas nas falácias não-formais, sendo estruturadas com uma linguagem ambígua, não fornecem dados relevantes para a conclusão, além de terem uma capacidade persuasiva constantemente relacionada ao impacto psicológico sobre o público (SILVA, I; ARAÚJO; SILVA, E; BRITO; CABRAL, 2020). Copi (1978, p. 74) divide as

falácias não-formais em falácias de relevância e falácias de ambiguidade. Nas falácias de relevância, as premissas são logicamente irrelevantes para as conclusões, enquanto que nas falácias de ambiguidade, os argumentos são construídos com palavras ou frases de sentido dúbio, “cujos significados variam, mudam de maneira, mais ou menos sutil, durante o argumento e, por conseguinte, tornam-no falaz” (COPI, 1978, p. 91).

No presente trabalho, não se pretende fazer uma análise profunda e exaustiva de uma grande quantidade de falácias – ou mesmo classificá-las –, no entanto, o foco será dado nas falácias lógicas apresentadas na taxonomia FLICC.

3.1.2.1 *Argumentum Ad Hominem*

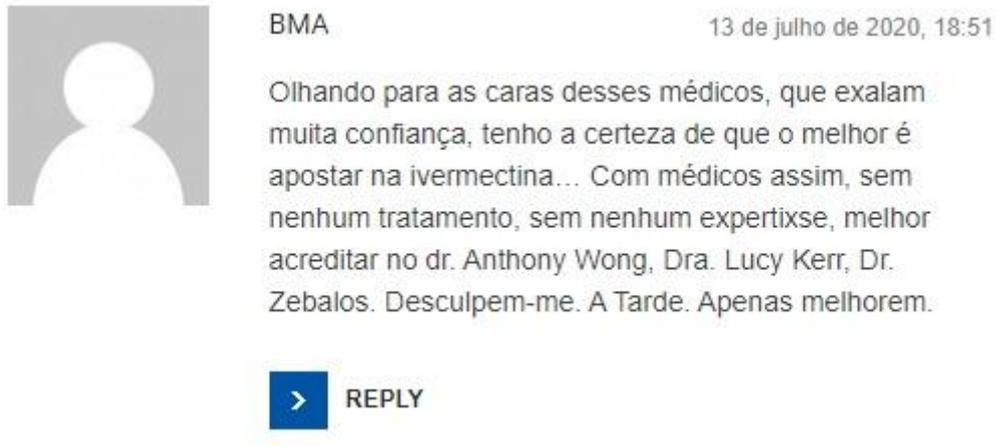
Argumentum ad hominem ou ataque ao homem, refere-se a uma falácia que tem por objetivo ofender o argumentador, de modo a diminuir e/ou desacreditar o seu argumento, ao invés de refutar a sua afirmação, além de ser uma forma de desviar a atenção do tema discutido (SILVA, G., 2020; SILVA, I; ARAÚJO; SILVA, E; BRITO; CABRAL, 2020). É um tipo de falácia que se apoia no apelo emocional do público e pode ter a capacidade de minar a confiança que os indivíduos teriam na afirmação verdadeira, que é exposta pelo ofendido. É uma espécie de argumento logicamente irrelevante para qualquer debate (ALLEN, 2017), sendo uma falácia de relevância, pois suas premissas são incapazes de estabelecer coerência em suas conclusões (COPI, 1978, p. 74). Schmaelter (2019a) afirma que esse tipo de falácia pode assumir três formas: *ad hominem* ofensivo; *ad hominem* circunstancial e *tu quoque*.

A falácia do *ad hominem* ofensivo, pode, por vezes, persuadir o indivíduo por meio do processo psicológico de transferência. Copi afirma que se uma atitude de desaprovação é levantada contra uma pessoa, “essa atitude terá possibilidades de tender para transbordar do campo estritamente emocional e converte-se em desacordo com o que essa pessoa diz. Mas essa conexão é só psicológica, não lógica”. Assim, dessa forma, pode ser que uma pessoa malvista, por alguma razão, diga a verdade ou tenha um raciocínio correto em determinadas vezes (COPI, 1978, p. 75)¹⁶. Como exemplo de ataque *ad hominem* ofensivo, pode-se retornar aos

¹⁶ Copi, nesta alegação, aparenta afirmar que a condição da pessoa não deve ser colocada como meio para a validade de seu argumento.

comentários sobre a notícia que afirma que o tratamento com a ivermectina contra a Covid-19 não é eficaz. O exemplo segue na figura 6, abaixo:

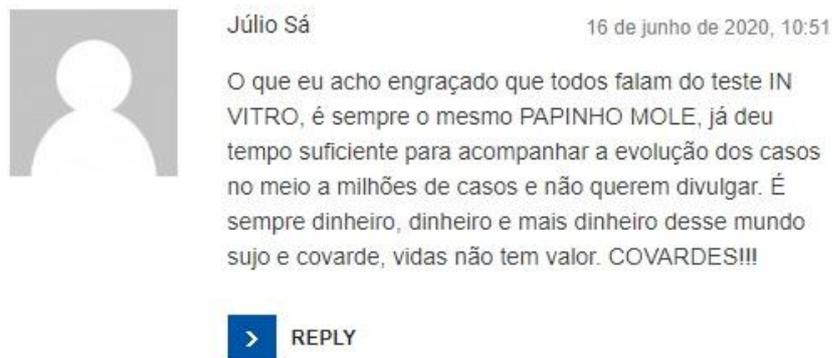
Figura 6 – *Argumentum ad hominem* ofensivo



Fonte: A Tarde Comunicação, 2020

Já o ataque *ad hominem* circunstancial ocorre quando as motivações de quem argumenta é posta em dúvida. Essa falácia procura invalidar a posição do oponente, ao apontar circunstâncias particulares da pessoa ou grupo, alegando que suas argumentações são feitas por interesses pessoais (ALLEN, 2017; SCHMAELTER, 2019a; SILVA, G., 2020). O comentário abaixo revela esse tipo de falácia no momento em que a pessoa diz que o motivo de tudo é o dinheiro:

Figura 7 – *Argumentum ad hominem* circunstancial



Fonte: A Tarde Comunicação, 2020

Em certas ocasiões, o *ad hominem* circunstancial pode ser usado de forma a acusar “o adversário de ser tão tendencioso e alimentar tantos preconceitos que as razões por ele alegadas não passam de racionalizações de conclusões ditadas pelo egoísmo e os interesses próprios”. Nesse caso, há o envenenamento do poço (COPI, 1978, p. 77), e as pessoas podem vir a ter dificuldade de refletir na validade do argumento de quem teve o “poço envenenado”.

A respeito do último tipo de *argumentum ad hominem* colocado aqui, tem-se o *tu quoque*, que significa “você também”, em latim. O *tu quoque* é um tipo de ataque falacioso que procura colocar o oponente como hipócrita, buscando apontar erros ou incoerências do adversário com relação à conclusão de seus argumentos (SCHMAELTER, 2019a; SILVA, G., 2020; SILVA, I; ARAÚJO; SILVA, E; BRITO; CABRAL, 2020). Abaixo tem-se um exemplo desse tipo de falácia:

Figura 8 – *tu quoque*



“Brasileiro toma por conta própria, Rivotril, termogênico, analgésicos, Sibutramina, Trembolona, Durateston, Stanozolol, Viagra, remédio para pressão, relaxante muscular, ANABOLIZANTES, anti-inflamatórios, Fuma igual um FDP, usa drogas, toma CITOTEC, pílulas do dia seguinte, etc. Mas acha um absurdo usar cloroquina no tratamento da COVID-19, pois o remédio tem efeitos colaterais.!”

Só pode ser sacanagem!!!!

Culpa da presidente

Fonte: desconhecida

A figura acima, de fonte desconhecida, aponta uma suposta incoerência entre tomar remédios por conta própria e usar a cloroquina como tratamento contra a Covid-19. Em nenhum momento tal comentário aponta os riscos da automedicação por parte dos brasileiros, porém,

usa um argumento generalizador para afirmar, ainda que indiretamente, que é hipócrita condenar o uso de um medicamento que não é indicado para tratar o novo vírus, já que, supostamente, segundo o comentário, todo brasileiro se automedica.

3.1.2.2 Citação Fora de Contexto: o Espantalho

O contexto de um argumento auxilia no entendimento do que é dito, portanto, quando uma parte desse argumento é retirado de seu contexto, distorções na compreensão das alegações dadas podem acontecer. A falácia da citação fora de contexto ocorre quando um trecho de uma afirmativa é retirado de seu conjunto de ideias e utilizado como evidência em um argumento. Ela toma duas formas: a falácia do espantalho; e a falácia do apelo à autoridade (FALLACY... 2020) – esta última será abordada na seção sobre seletividade.

A falácia do espantalho acontece quando o argumentador, no interesse de refutar seu adversário, distorce as afirmativas deste, de modo que a versão distorcida se torne mais fácil de ser refutada. Cria-se uma caricatura do argumento verdadeiro, onde só é possível encontrar aspectos desfavoráveis na sua versão desvirtuada. É um tipo de falácia que pode acontecer ou por ignorância – quando o interlocutor não possui conhecimento necessário para debater o tema –, ou por atitude de má fé, procurando desvalorizar as defesas do adversário, deturpando suas ideias (SCHMAELTER, 2019b; SILVA, G., 2020).

Para exemplificar esse tipo de falácia, cita-se o caso do blog Estibordo (2020), que publicou a seguinte postagem: “OMS diz que nunca aconselhou a aplicação de confinamento como medida para o combate ao coronavírus”. Tal postagem, que até o dia 05 de maio de 2020 chegou a alcançar 623 compartilhamentos no Facebook, por meio de um grupo chamado Tradutores de Direita, tirava de contexto a declaração de Margaret Harris, porta-voz da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre o afrouxamento da quarentena na Austrália na época. O título da postagem “desinforma o leitor, já que ao longo do texto fica claro que a declaração da representante da OMS é no sentido de que a organização não recomenda o isolamento como a única medida de combate à pandemia” (UOL, 2020).

O blog Estibordo, tirando de contexto declarações como: “nós jamais dissemos para aplicar medidas de confinamento. Nós sugerimos que se fizesse o acompanhamento, delineamento, isolamento e tratamento” (ESTIBORDO, 2020), leva o leitor ao engano, além de

montar um espantalho, tornando a OMS em um alvo fácil para receber descrédito por parte das massas.

3.1.2.3 *Ambiguidade*

A ambiguidade ocorre quando os argumentos possuem palavras ou frases de significados ambíguos, onde os seus sentidos podem variar de maneira mais ou menos sutil durante a argumentação (COPI, 1978, p. 91). Copi (1978, p. 91- 98) separa as falácias de ambiguidade em:

- Equívoco – que decorre de um simples erro ou engano no uso de palavras iguais, mas que possuem significados diferentes;
- Anfibologia – que se origina a partir de premissas onde suas formulações são ambíguas por conta de sua construção gramatical. Segundo Allen (2017) a anfibologia é um recurso comum utilizado por oráculos ou adivinhos com intenção de enganar. Copi (1978, p. 92) afirma que “um enunciado é anfibológico, quando seu significado não é claro, pelo modo confuso ou imperfeito como as suas palavras são combinadas”. Ainda, segundo Copi, tal enunciado anfibológico pode possuir uma interpretação verdadeira e outra falsa. Ambos os autores, Copi e Allen, citam como exemplo de anfibologia, o caso do rei Creso da Lídia e o Oráculo de Delfos. Neste caso, em específico, o rei querendo saber se teria sucesso em uma guerra contra o reino da Pérsia, consulta o oráculo, que lhe afirma: “Se Creso declarar guerra à Pérsia, destruirá um reino poderoso” (COPI, 1978, p. 92). O rei, interpretando o conselho como favorável a si, saiu para guerrear contra o rei da Pérsia, porém, perdeu a guerra na Capadócia (ALLEN, 2017). Copi afirma que Creso escreveu para os sacerdotes de Delfos, se queixando da derrota, e recebeu uma resposta que dizia que o oráculo fizera a predição correta, pois Creso causou a destruição de um poderoso reino, que por acaso, era o seu próprio (COPI, 1978, p. 92-93);
- Ênfase – ocorre quando uma parte do argumento é enfatizada ou acentuada. Quando algum enunciado, literalmente verdadeiro, sem interesse algum, tem alguma parte sua acentuada, tal ênfase pode alterar o seu sentido “e, com isso, deixar de ser verdadeiro. Assim, a verdade é sacrificada ao sensacionalismo por meio da inferência falaz que se

produz ao acentuar (tipograficamente) a parte de uma frase mais do que a outra” (COPI, 1978, p. 94);

- Composição – acontece quando uma das partes de uma discussão toma o todo pela parte, assumindo que, se algumas partes de um todo possuem certas características, então o todo terá aquela característica (SCHMAELTER, 2019c).

Das quatro falácias de ambiguidade descritas acima, é interessante observar com mais cuidado a anfibologia e a falácia da ênfase. Ambas aparentam possuir um interesse real do engano, pois, supostamente, para construí-las, é necessário um certo esforço mental, coisa que, de certo modo, não ocorre em erros ou equívocos simples. Copi afirma que a anfibologia se manifesta, geralmente em manchetes de jornais e em pequenas notícias, e que a falácia da ênfase pode ser encontrada em publicidades (COPI, 1978, p. 93-94). Enquanto uma engana pela duplicidade de interpretações, a outra engana ao incentivar uma interpretação errada a partir da acentuação gráfica de alguma parte de um texto.

3.1.2.4 Simplificação Excessiva

A simplificação excessiva ocorre quando uma situação é simplificada de tal maneira a levar a um entendimento errado a respeito de alguma coisa (COOK, 2020). Dentro deste contexto, podem ocorrer algumas falácias de falsa causa, que procura estabelecer “uma relação de causa e efeito entre dois elementos quando, na verdade, não existe esse tipo de relação entre eles” (SCHMAELTER, 2019d). Esse tipo de falácia pode afirmar que um evento acontece após o outro, simplesmente porque o segundo é consequência do primeiro (*post hoc ergo propter hoc*). “A causou B, porque A ocorreu antes de B (e não há provas suficientes para justificar a realidade de tal afirmação) ” (ALLEN, 2017). Ou quando se estabelece que a causa de determinado evento não é, de fato, a sua causa (*non causa pro causa*) (COPI, 1978, p. 83; SCHMAELTER, 2019d). Há ainda a possibilidade de a falácia de falsa causa aparecer como causa simplificada, que acontece quando se escolhe apenas uma causa dentro de muitas outras, como consequência de algum evento complexo, simplificando toda uma problemática que poderia ter uma discussão mais aprofundada (COOK, 2020; SCHMAELTER, 2019d).

Ainda se pode acrescentar na simplificação excessiva, a falácia da falsa dicotomia, que surge na ocasião em que o argumentador apresenta uma situação de tal forma que parece haver

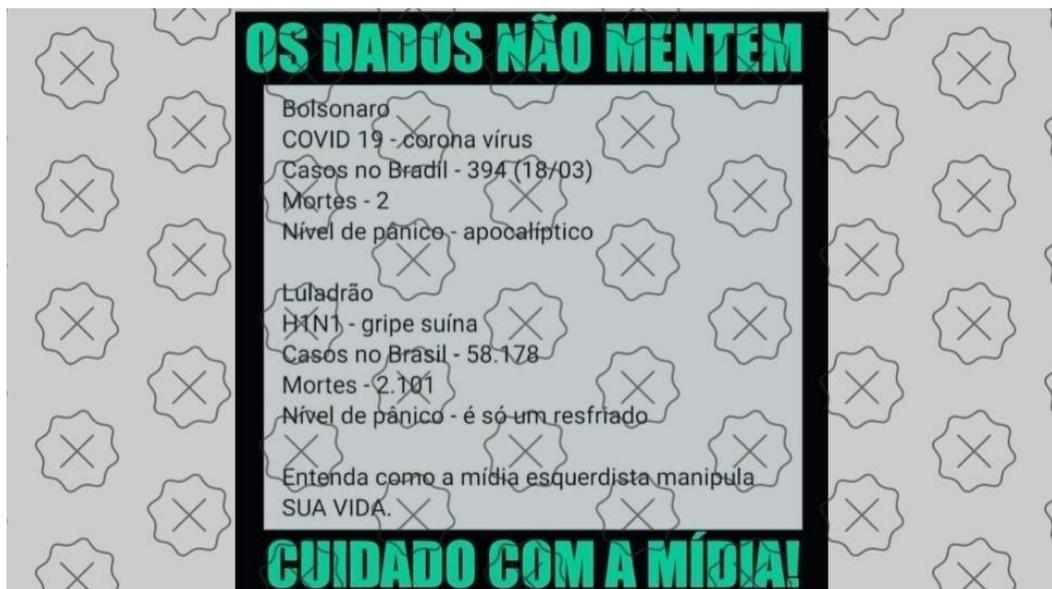
apenas duas opções de escolha, onde ele – o argumentador – eliminará uma, fazendo com que reste apenas uma opção (ALLEN, 2017).

3.1.2.5 Falsa Equivalência ou Falsa Analogia

As analogias entre coisas, pessoas, situações, etc. podem ser úteis para se chegar a alguma conclusão que leve a um entendimento sobre algo, porém, pode ocorrer que a comparação feita seja falha, não guardando nenhuma relação em comum entre os pontos comparados. Quando isso acontece, existe a falácia da equivalência ou a falácia da falsa analogia. Esse tipo de falácia procura supor que dois lados opostos de um argumento são equivalentes, atribuindo valor de igual relevância a eles, porém, na verdade, tal similaridade não existe (SCHMAELTER, 2019e; SILVA, G., 2020).

Como exemplo de falsa equivalência, pode-se citar a comparação entre o surto de H1N1 com a pandemia de Covid-19 no Brasil, onde é afirmado que esta não é tão grave e letal, se comparada com aquela. Segundo Menezes e Fávero, “a comparação incorreta foi impulsionada pelo pastor Silas Malafaia em seu perfil oficial no Facebook”, onde chegou a alcançar cerca de 3100 compartilhamentos na plataforma, no período de março de 2020 (MENEZES; FÁVERO, 2020).

Figura 9 – Falsa equivalência



Fonte: Aos Fatos

O principal problema na comparação acima foi relacionar dados de 2009 e 2010 – ou seja, de dois anos – sobre o surto de H1N1 no Brasil, com os dados contabilizados até o dia 18 de março de 2020 sobre covid-19. Os períodos de tempo do surto das duas doenças não são comparáveis, e “o infectologista Roberto Medronho, doutor em saúde pública e professor da UFRJ, diz que é preciso tomar cuidado com comparações estatísticas, ainda mais com uma das pandemias em pleno curso”. O médico afirma que os denominadores dessa conta devem ser os mesmos (PENNAFORT, 2020).

3.1.2.6 Red Herring

Red Herring, também conhecida como *Ignoratio Elenchi*, é um tipo de falácia que procura estabelecer conclusões irrelevantes para determinado debate, buscando, deliberadamente, desviar a atenção do foco principal do argumento, tornando-o mais fácil de ser atacado (COOK, 2020; SILVA, I; ARAÚJO; SILVA, E; BRITO; CABRAL, 2020). A conclusão irrelevante pode ser usada como estratégia para despertar emoções no público, tornado mais fácil a aceitação de um argumento falacioso. Para ilustrar isso, Copi cita um exemplo hipotético, onde uma proposta de legislação habitacional é posta em discussão. Um dos legisladores pede a palavra, dizendo que tudo o que se deseja é oferecer moradia decente a todas as pessoas. O legislador, insistindo nessa conclusão irrelevante para o projeto, “pode provocar uma atitude de aprovação para si próprio e para o que diz”, de modo que aqueles que votarão no projeto de lei, farão isso com mais entusiasmo (COPI, 1978, p. 87).

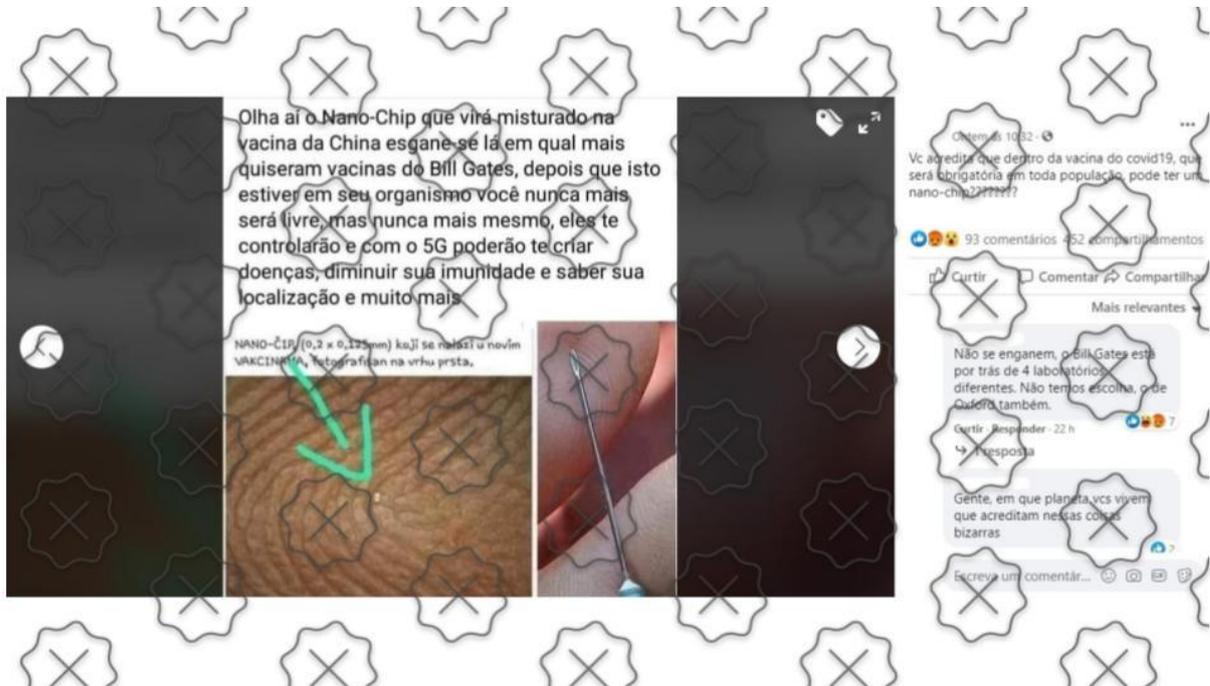
3.1.2.7 Ladeira Escorregadia

Esse tipo de falácia procura refutar um argumento, afirmando que a sua aceitação produziria uma reação em cadeia com consequências desagradáveis, sendo, supostamente, impossível de parar os processos que desencadeariam tais problemas hipotéticos (ALLEN, 2017; SILVA, G., 2020).

Como exemplo desse tipo de falácia, pode-se citar a desinformação que afirma que vacinas de origem chinesa contra a Covid-19 carregam nanochips capazes de rastrear a

população e de diminuir a imunidade das pessoas por meio de tecnologia 5G (PACHECO, 2020).

Figura 10: Ladeira Escorregadia



Fonte: Aos Fatos

3.1.3 Especialistas Falsos

Cook (2020) afirma que especialistas falsos são pessoas ou instituições que não são qualificadas para abordar determinadas questões e que são apresentadas como fontes confiáveis de informação. Hoofnagle (2007c) já coloca os especialistas falsos como aquelas organizações que trazem em seus nomes palavras como “liberdade”, “direitos”, “escolha” e “consumidor”, mas que na realidade representam interesses corporativos. É importante colocar aqui, que Cook (2020) divide os especialistas falsos em três subcategorias: massa de especialistas falsos; minoria magnificada – que seria a elevação da importância de um pequeno grupo de cientistas dissidentes sobre algum consenso científico amplamente aceito, apenas para gerar dúvida; e debates falsos – que seria colocar a pseudociência em pé de igualdade com a ciência em um pretenso debate científico.

Presume-se que os especialistas falsos emergem como legitimadores da desinformação. Trabalham fomentando a dúvida, se apropriando do discurso científico para disseminar informações que possam ir contra a pesquisa científica, além de disputar o espaço de autoridade cognitiva para convencer o grande público a crer em desinformações (OLIVEIRA; QUINAN; TOTH, 2020, p. 93 e 104). Isso se torna especialmente problemático quando a indústria passa a controlar parte da informação científica, além de convocar cientistas para realizar pesquisas que servem mais para semear a incerteza nas massas, de modo a proteger interesses corporativos de inconvenientes econômicos advindos de regulações governamentais (MICHAELS, 2008, p. 96; NRIAGU, 1998, p. 74).

Como exemplo disso, pode-se citar o caso que ocorreu nos Estados Unidos em 1925, com o paradigma de Robert Kehoe. Naquele período, foi convocada uma conferência da United States Public Health Service para discutir sobre a possibilidade de riscos para a saúde na produção, distribuição e uso de chumbo tetraetila (TEL) como um aditivo na gasolina. Nessa conferência, Robert Kehoe, médico do trabalho que possuía grande relação com a indústria do chumbo, proferiu um paradigma o qual a indústria se utilizaria para se proteger:

Eu estou convencido, pela associação que tive com a companhia que se encarregou da distribuição desta commodity, que suas atitudes se referem a fatos. Eles têm expressado, repetidamente, não estarem muito interessados em opiniões, mas sim em fatos, caso estes possam ser demonstrados – se é que esses fatos possam ser mostrados como um resultado desta discussão: que um perigo real existe no manuseio da gasolina etílica; que um perigo real existe a partir dos gases de escape dos motores; que um perigo real para o público é resultado do tratamento da gasolina com chumbo – a distribuição deste tipo de gasolina será descontinuada a partir deste momento. Sobre isso não há dúvida.... Porém, quando um material de importância para a conservação do combustível e para aumento de eficiência nos automóveis é achado, isso não deve ser jogado fora com base em opiniões. Isso é uma coisa que deveria ser tratada apenas com base em fatos. Esta tem sido a nossa atitude desde o começo e continuará sendo¹⁷ (U.S. PHS, 1925 *apud* NRIAGU, 1998, p. 73).

Segundo Nriagu (1998, p. 75), o paradigma de Kehoe – o paradigma do “mostre-me os dados” – possuía dois ângulos: um que favorecia uma indústria que se opunha à regulamentação governamental, e o outro que era comprometido em defender a posição da indústria usando o

¹⁷ “I am convinced from the association I have had with the company that has had charge of the distribution of this commodity and their attitude is one with complete regard to facts. They have expressed themselves repeatedly not so much as being interested in opinions as being interested in facts, and if it can be shown – if it is shown as a result of this discussion – that an actual hazard exists in the handling of ethyl gasoline, that an actual hazard exists from exhaust gases from motors, that an actual danger to the public is had as a result of the treatment of the gasoline with lead, the distribution of gasoline with lead in it will be discontinued from that moment. Of that there is no question.... When a material is found to be of this importance for the conservation of fuel and for increasing the efficiency of the automobile it is not a thing which may be thrown into the discard on the basis of opinion. It is a thing which should be treated solely on the basis of facts. That has been our attitude from the beginning and that will continue to be our attitude”.

peso da evidência científica e médica. Outras indústrias usaram variações do paradigma de Kehoe para defender seus produtos de inconvenientes econômicos gerados pelas regulamentações de governo, como a indústria do tabaco, mercúrio etc. (NRIAGU, 1998, p. 75). Segundo Michaels, apologistas e fabricantes de produtos perigosos costumam reclamar de normas governamentais, afirmando que elas não são baseadas em “ciência sólida”. “De fato, muitos desses fabricantes de incertezas não querem ‘ciência sólida’; eles querem algo que soe como ciência, mas que os deixe fazer exatamente o que eles querem” (MICHAELS, 2008, p. 103).

Há um problema grave quando autoridades científicas começam a trabalhar com o intuito de defender interesses corporativos, dando peso a argumentações falaciosas e semeando a dúvida e a incerteza na mente dos indivíduos leigos sobre o fazer ciência. Tal ato causa uma crise epistêmica, além de gerar descrença em instituições sérias de pesquisa. As controvérsias científicas, que são geralmente midiaticizadas, acabam por influenciar no declínio da confiança que a população teria na ciência, e a sociedade, cada vez mais incrédula “nas instituições produtoras de conhecimento, passa a buscar saídas em torno da crença em soluções rápidas e alternativas para temas que a ciência da saúde ainda está se desdobrando para entender” (OLIVEIRA; QUINAN; TOTH, 2020, p. 104). Há uma tentativa de desacreditar autoridades cognitivas reais para dar peso a autoridades cognitivas falsas.

Patrick Wilson (1983) afirma que autoridades cognitivas são aquelas pessoas que sabem do que estão falando, que exercem certa influência na mente e no pensamento dos indivíduos, em graus diferenciados, dependendo das esferas de assunto (por exemplo, A pode ser autoridade em ciência, mas não em religião). As autoridades cognitivas podem ser consideradas como aquelas que trazem um “conhecimento de segunda-mão”, pessoas que estudaram ou conheceram determinados assuntos e que são capazes “de nos aconselhar sobre como deveríamos tratar certas peças de informação” (WILSON, 1983, p. 17). Froehlich (2020, p. 128) diz que uma autoridade cognitiva real é aquela que apresenta histórias consistentes e coesas o tempo todo, com poucas inconsistências. Ainda segundo Froehlich, uma autoridade cognitiva genuína envolve alguma avaliação intelectual sobre a credibilidade e a confiabilidade da autoridade. “Quando alguém pensa em uma autoridade cognitiva, esta pessoa tende a pensar em um processo racional, reunindo evidências sobre se uma pessoa ou instituição é uma autoridade cognitiva real” (FROEHLICH, 2020, p. 129). Rieh afirma que as autoridades cognitivas são reconhecidas de alguma maneira oficial, sendo diferentes daquelas pessoas que apenas exercem influência no mundo. As opiniões e conselhos de autoridades cognitivas são

levadas mais a sério, pois suas palavras aparentam carregar mais peso do que as palavras daqueles que são leigos em determinados assuntos (RIEH, 2009, p. 1340). Logo, as autoridades cognitivas reais, além de terem poder de influência em suas áreas de domínio intelectual, também podem exercer influência em opiniões fora de sua área de estudo. É nesse ponto que as falsas autoridades cognitivas emergem para disputar o espaço de influência que as autoridades cognitivas reais têm.

Essas falsas autoridades disseminam preconceitos e crenças, tentando dar peso de veracidade às suas opiniões. Froehlich, para exemplificar isso, cita o caso da Fox News como autoridade cognitiva falsa. Segundo o autor, a Fox News promove opiniões de segunda mão que dificilmente, ou nunca, podem ser convertidas em fatos. Esse canal promulga um estado cognitivo em que opinião, opinião correta, ou conhecimento comprovadamente demonstrado como falso, é apresentado como fato. Em resumo, o que a Fox News apresenta é propaganda (FROEHLICH, 2020, p. 128). Froehlich ainda levanta um conceito interessante para complementar a questão dos especialistas falsos: autoridades emotivas. Ao apelar para as emoções das massas, as falsas autoridades cognitivas podem se apresentar como autoridades genuínas, fazendo com que o conteúdo da mensagem não tenha muita importância, mas sim aquele que pronuncia a mensagem. “Fox News e Trump possuem uma falsa autoridade cognitiva que profere falsidades, as quais dependem do autoengano coletivo, sendo reforçado por motivações tribais, como preconceito, medo, ressentimento, ganância, poder e raiva”, principalmente sobre um status quo imaginário (FROEHLICH, 2020, p. 129).

Apelando para essas emoções, as falsas autoridades ganham a capacidade de enganar um público desavisado – um público não acostumado ao pensamento crítico-reflexivo. A dificuldade se torna ainda maior, quando cientistas e pesquisadores – aqueles que podem ser considerados como autoridades cognitivas reais – passam a trabalhar com interesses corporativos, semeando a dúvida e a incerteza na mente dos leigos, principalmente na mediatização de controvérsias científicas.

Atravessamos um momento de crise epistemológica, no qual a relação dos indivíduos com as instituições da modernidade é cada vez mais conturbada. Como resultado, a posição de autoridade institucional do saber ocupada por entidades como a ciência e a medicina não pode ser mais dada como garantida. Grande parte desta descredibilização da ciência é derivada de um momento da própria crise democrática, em que tomadas de decisão baseadas em evidências derivadas de estudos científicos já não tem tanto valor na esfera política. Tem sido cada vez mais recorrentes posições de representantes mundiais que vão de encontro aos conhecimentos científicos em diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo, defesa de políticos na produção e distribuição de fosfoetanolamina, [...], ou de Cloroquina para combate ao Covid-19, mesmo que testes clínicos ainda estejam em fase experimental (OLIVEIRA; QUINAN; TOTH, 2020, p. 105).

Autoridades cognitivas reais são necessárias para que se tenha acesso a conhecimento que não se domina, mas deve se ter em mente que tais autoridades, como todo ser humano, podem errar ou ter motivações egoístas, como prestígio pessoal ou ganhos financeiros. Tais motivações podem comprometer o conhecimento que é passado adiante. Se essas autoridades são observadas sem um critério cuidadoso, sem um questionamento prudente, leigos podem vir a acreditar em informações equivocadas.

3.1.4 Seletividade

Hoofnagle afirma que negacionistas científicos costumam citar artigos únicos e/ou controversos que aparentemente dão suporte às suas argumentações falaciosas. Pessoas que se utilizam desta tática podem “minerar citações”, retirando-as de contexto, assim como também podem minerar artigos e dados, de modo a descontextualizá-los, com o objetivo de legitimar a falsidade de suas afirmações (HOOFNAGLE, 2007d). Essa seletividade informacional pode carregar algumas características, como a indução preguiçosa, que é o ato de ignorar evidências relevantes para se chegar a uma conclusão, ou como a seletividade anedótica, que é o uso de experiência pessoal ou de fatos isolados, ao invés de evidências sólidas ou argumentos convincentes para reafirmar uma posição (COOK, 2020).

Ao que parece, a seletividade possui relação com a falácia do apelo a autoridade. Copi (1978, p. 81) diz que o recurso à autoridade é o apelo ao “sentimento de respeito que as pessoas alimentam pelos indivíduos famosos”, de modo a ganhar aprovação em determinada conclusão. Deve-se ter em mente que nem sempre o apelo à autoridade é um movimento falaz, pois em um debate é natural citar autores e especialistas em definidas áreas para complementar o que se argumenta (SILVA, G., 2020). No entanto, quando se usa o peso de uma autoridade para legitimar um argumento que se encontra fora da especialidade dessa autoridade, aí existe a falácia (COPI, 1978, p. 81). Pode-se citar como exemplo o seguinte: o uso de alguma citação de Einstein para argumentar sobre história africana. Também pode ocorrer o apelo a autoridades não reveladas. Isso acontece quando se observa os seguintes argumentos: “estudos revelam”, “segundo cientistas” ou ainda “foi comprovado cientificamente”. Deve-se ter em mente também que pode existir o apelo a especialistas falsos. Em ambos os casos – apelo a autoridades não reveladas e a especialistas falsos – há o apelo a autoridade irrelevante, que é o ato de apelar

para falsas autoridades, pois elas não possuem legitimidade para opinar sobre determinados assuntos (SILVA, G., 2020).

Presume-se que a seletividade informacional pode induzir o indivíduo à desinformação, pois se estiver distraído, poderá ser convencido com os argumentos selecionados por aquele que almeja desinformar.

3.1.5 Teorias da Conspiração

As conspirações existem de fato e não são ilusórias. O caso do escândalo da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos, que espionou o governo brasileiro (UCHOA, 2013) é um exemplo disso. No entanto, teorias da conspiração são diferentes de conspirações reais. Teorias da conspiração, segundo Lewandowsky e Cook (LEWANDOWSKY; COOK, 2020, p. 3), “tendem a persistir por um longo período, mesmo quando não possuem evidências conclusivas”. Os mesmos autores declaram que tais teorias são baseadas em padrões de pensamento que não são confiáveis para interpretar a realidade. “Tipicamente, as teorias da conspiração não se baseiam em evidências que resistam ao escrutínio, mas isso não as impede de ganhar projeção”, além de serem prejudiciais a sociedade (LEWANDOWSKY; COOK, 2020, p. 3), alimentando dúvidas e gerando incertezas nos indivíduos com relação às instituições sérias de pesquisa.

Deve-se levar em conta, dentro deste assunto, a questão de que narrativas conspiratórias permeiam a cultura popular ocidental através de filmes, livros e séries, de modo a instigar a imaginação das pessoas. Filmes de grande sucesso, como Matrix ou Código Da Vinci, ou séries como Arquivo-X “jogam com a suposição paranoica de que a realidade social é uma ilusão, um hall de espelhos e cortinas de fumaça construídas para ocultar poderes secretos que de fato determinam a história” (AUPERS, 2012, p. 23-24). Outro problema levantado por Aupers, é que a mídia de massa apresenta controvérsias científicas para um público leigo, sem explicar a este como a ciência funciona. “Jornais, revistas, rádio e televisão confrontam cidadãos todos os dias com teorias incompatíveis e com resultados inconsistentes de estudos nos campos das ciências naturais, sociologia, psicologia” etc. (AUPERS, 2012, p. 26).

A falta de cuidado com que a mídia de massa apresenta controvérsias científicas, aliada a um imaginário popular que instiga histórias ficcionais de conspirações nas mentes das

peessoas, podem ser fatores que impulsionam alguns indivíduos a aderirem a teorias da conspiração. Lewandowsky e Cook afirmam que “pessoas que se sentem impotentes ou vulneráveis são mais propensas a defender e a espalhar teorias da conspiração”, de modo que os indivíduos sujeitos a tais teorias, lidam com eventos ameaçadores, culpando um conjunto de atores, como meio de lidarem com suas incertezas. Os dois autores ainda colocam que “as teorias da conspiração frequentemente contestam interpretações políticas dominantes”, usando tais táticas com o intuito de “reivindicar a condição de minoria”. Para piorar, as mídias sociais potencializaram o alcance das teorias conspiratórias. (LEWANDOWSKY; COOK, 2020, p. 4).

3.2 MANIFESTAÇÕES DA DESINFORMAÇÃO

Como a desinformação aparenta ser um fenômeno com muitas características, presume-se que ela possa se manifestar de diferentes formas. Muitas vezes essas manifestações podem se misturar e ser compostas com as técnicas de dissimulação que foram descritas acima. Importante ressaltar que, apesar de serem apresentadas abaixo apenas três formas de desinformação, admite-se que podem existir outros modos de a desinformação se manifestar.

3.2.1 Fake News

Fake news, por ser um termo vulgarizado, carrega alguns problemas. No relatório *A multi-dimensional approach to disinformation*, do High Level Group (HLEG)¹⁸, é afirmado que existem duas razões para se evitar o uso do termo como uma espécie de sinônimo de desinformação. A primeira delas é o fato de que o termo não atende a todos os aspectos que a desinformação carrega. A segunda razão é pela questão desse termo ter sido apropriado por alguns políticos e apoiadores seus, que o utilizam para desacreditar informações com as quais não concordam, transformando isso em “uma arma com a qual poderosos atores podem

¹⁸ Em 2018 a Comissão Europeia formou um grupo de especialistas de alto nível com o intuito de aconselhá-los sobre iniciativas políticas para conter a disseminação de *fake news* e desinformação online. O relatório em questão possui uma abordagem multidimensional baseada em um número de responsabilidades que se reforçam mutuamente, sendo elas: 1 - elevar a transparência de notícias online; 2 - promover a literacia em informação e em mídia; 3 - desenvolver ferramentas que capacitem usuários e jornalistas para lidarem com desinformação; 4 - salvaguardar a diversidade e a sustentabilidade do ecossistema midiático europeu; 5 - promover pesquisa contínua sobre o impacto da desinformação na Europa (HIGH LEVEL GROUP, 2018, p. 5-6).

interferir na circulação da informação, e atacar e minar a mídia independente” (HIGH LEVEL GROUP, 2018, p. 10).

Por sua vez, Habgood-Coote, além de alegar que o termo *fake news* é sem significado, afirma que a expressão se transformou em arma, tornando-se em uma sentença de difamação epistêmica e em uma ferramenta para propaganda autoritária. O autor oferece duas soluções para resolver o problema do termo *fake news*: uma é recuperar o termo, academicamente falando, dando-lhe um significado determinado. A outra solução proposta por ele é simplesmente abandonar o termo (HABGOOD-COOTE, 2018). No entanto, simplesmente abandonar o termo não resolve o problema, já que *fake news* é uma expressão que carrega determinadas características que merecem ser observadas e estudadas. Portanto, ignorar o termo, como propôs Habgood-Coote, pode causar um empobrecimento da discussão sobre desinformação, não sendo uma atitude muito aconselhável.

Porém, existe a necessidade de se estabelecer a compreensão de que *fake news* não é sinônimo de desinformação. A distinção entre estes dois termos é importante para que haja “ações de coibição ou resistência a cada um” desses fenômenos (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3324). Deve-se perceber que, enquanto desinformação é um fenômeno mais complexo, possuindo outras características e formas, as *fake news* aparentam se centrar em formato jornalístico. Lazer e colegas concordam com essa alegação, ao afirmarem que *fake news* pode ser definido como informação fabricada que imita conteúdo noticioso na forma, mas não em seu processo organizacional ou intento (LAZER; BAUM; BENKLER; BERINSKY; GREENHILL; MENCZER; METZGER; NYHAN; PENNYCOOK; ROTHSCHILD, 2018, p. 2). Já Allcott e Gentzkow definem *fake news* como “artigos de notícias que são intencionalmente e verificadamente falsos, e que podem enganar os seus leitores”. Os dois autores, entretanto, diferenciam *fake news* de casos de erros jornalísticos não intencionais; de rumores que não possuem origem de uma fonte de notícia específica; de teorias da conspiração; de sátiras; de falsos testemunhos de políticos; ou de relatórios que possuam alguma espécie de inclinação para interesse de terceiros (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017, p. 213-214). Brisola e Bezerra (2018, p. 3323) complementam a definição de Allcott e Gentzkow, ao dizerem que *fake news* “são notícias fabricadas, com características jornalísticas, mas antecipadamente pensadas para a manipulação e descoladas da verdade”. Froehlich (2017) já considera *fake news* como uma forma de imprensa marrom¹⁹, consistindo em informações enganosas, boatos ou histórias

¹⁹ Em inglês *yellow press* (imprensa amarela). Esse termo surgiu a partir de uma disputa entre os jornais *New York World* e *The New York Journal*, no final do século XIX por causa de um personagem de quadrinhos que ficou

fraudulentas que são disseminadas por meio de mídias tradicionais ou por meio das mídias digitais. Froehlich ainda afirma que aqueles que produzem *fake news* esperam incitar o autoengano nos consumidores desse tipo de informação.

Portanto, vistos os significados acima, aparentemente *fake news* diz respeito a notícias com formato jornalístico, mas que são verificadamente falsas, produzidas com intuito do engano. *Fake news* não deve ser visto como boato ou como uma simples sentença para desacreditar veículos de imprensa quando noticiam algo que contradiz determinada crença ou opinião de uma pessoa ou grupo, embora a expressão também seja usualmente empregada nesse sentido e não se deva perder isso de vista.

3.2.2 Omissão

O ato da omissão pode ser considerado como uma espécie de manifestação da desinformação no momento em que, conscientemente, alguém suprime uma parte da informação que poderia dar um entendimento completo a respeito de um fato. A omissão pode guardar alguma relação com o ato da seletividade informacional, porém, diferente da seleção de peças descontextualizadas de informação, o que é selecionado são as partes de informação que deverão ser suprimidas. Froehlich (2017) afirma que a ausência de informação pode ser devido a negligência, incompetência ou, ainda, o desejo de levar terceiros ao engano.

Froehlich exemplifica o ato da omissão de informação, ao citar o caso da acusação feita contra Hillary Clinton sobre o ataque que ocorreu à embaixada estadunidense em Benghazi, em 2012. Essa acusação partia de um relatório que afirmava que a então candidata à presidência dos Estados Unidos havia subestimado e interpretado mal a ameaça de extremistas. No entanto, esse documento ignorava o fato de que, após 11 horas de testemunho perante o comitê da Câmara, e após muitas outras investigações, que não encontraram nenhuma evidência substancial, não foi achado nada que pudesse culpa-la de algo (CONGRESSISTAS..., 2016;

conhecido como “Yellow Kid”. No Brasil a expressão foi alterada em 1959, “quando a redação do jornal carioca Diário da Noite recebeu a informação de que uma revista chamada Escândalo extorquia dinheiro de pessoas fotografadas em situações comprometedoras”. O jornalista Alberto Dines, na ocasião, preparava uma manchete com o seguinte título: “Imprensa amarela leva cineasta ao suicídio”, porém, o chefe de reportagem do Diário, Calazans Fernandes, “achou o amarelo uma cor amena demais para o caráter trágico da notícia e sugeriu trocá-la por marrom” (REDAÇÃO MUNDO ESTRANHO, 2018).

FROEHLICH, 2017). É importante colocar que esse relatório foi divulgado em período de eleição presidencial nos Estados Unidos, e que a omissão da informação que dizia que Hilary Clinton não possuía culpa no caso, aliado a um discurso que apela para sentimentos (BALLOUSSIER, 2016), foi, aparentemente, uma espécie de manipulação da informação com vias de desacreditar a candidata.

3.2.3 Doxxing e Má-Infamação

Outra forma pela qual a desinformação pode se manifestar é por meio do *doxxing* e da má-informação. Esses dois conceitos aparentam estar inter-relacionados, já que ambos possuem a finalidade de causar prejuízo e difamação por meio de informações que podem ser consideradas genuínas. A respeito de má-informação, Wardle irá defini-la como publicação deliberada de informações privadas, objetivando atender a interesses pessoais ou corporativos, ao invés de interesse público, além de haver a possibilidade de alteração de conteúdo, data e hora, a partir da fonte original (WARDLE, 2019, p. 48-49). A mesma autora, em outro trabalho, define *doxxing* como o “ato de publicar informação privada ou identificar informação individual online, sem a permissão da pessoa” (WARDLE, 2018, p. 4). Wardle afirma que *doxxing* é um tipo de má-informação, onde a informação acurada é compartilhada com fins de causar prejuízo. Porém, supõe-se que *doxxing* tenha a possibilidade de ser considerada como uma forma de prática que pode gerar má-informação. Observando o conceito de *doxxing* por este prisma, ele começa a ter uma leve diferença do conceito de má-informação que é dado por Wardle.

Doxxing é uma abreviatura do termo *dropping box*, e expressa a ideia de coletar e “sequestrar” informações pessoais com vias de causar prejuízo a terceiros por meio de ameaças de constrangimento público, intimidação, extorsão, coerção legal ou política, além de assédio moral (FROEHLICH, 2017; GOLDMAN, 2014). Convém afirmar que esta não é uma prática nova, pois esforços para coletar e revelar informações pessoais já existiam muito antes da internet (MCNEALY, 2018). Como exemplo da antiguidade desse tipo de prática, pode-se citar o ato de *dumpster diving*, onde o indivíduo procurava informações pessoais de terceiros no lixo. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, segundo Joan Donovan, ladrões de identidade visavam lojas de departamento em busca de cheques e aplicações de cartão de crédito descartados. Donovan afirma que “nesses casos, o material recuperado era remodelado como evidência em

processos judiciais, como fontes em jornais”, além de serem utilizados como forma de intimidação ou para falsificação de identidade (DONOVAN, 2017).

Compete afirmar que, assim como a desinformação foi potencializada com o desenvolvimento tecnológico das redes, a prática de *doxing* foi, de igual modo, amplificada. Na era da *big data*, das mídias sociais e da propaganda guiada, as informações privadas de inúmeras pessoas se encontram disponíveis para diversas empresas presentes no mercado. O caso do Facebook com a Cambridge Analytica é um exemplo de como os dados de diversos indivíduos se encontram disponíveis na rede (MCNEALY, 2018). Isso ocorre porque os usuários de internet deixam para trás rastros de suas atividades em rede, registrando em mais de um site, por exemplo, o mesmo endereço de e-mail, fazendo postagens com o mesmo nome de usuário em múltiplos fóruns online, ou até mesmo usando frases similares em diferentes contextos. Além disso, há diversos sites que procuram rastrear a conexão de rede que o indivíduo está utilizando, revelando, assim, a sua localização. Neste contexto, se alguém conectar esses traços digitais e compartilhá-los com estranhos, ou mesmo com o público em geral, este alguém terá controle sobre os dados privados de seu alvo (MCNEALY, 2018). Portanto, supõe-se que a prática de *doxing* é o ato de sequestrar informações pessoais com fins de chantagem e coerção, enquanto que má-informação, de algum modo, pode ser considerado como o ato de publicar as informações obtidas por meio de *doxing*.

3.3 A INFLUÊNCIA CESARÍSTICA E A DESINFORMAÇÃO

Franz Neumann, ao abordar o tema da angústia, afirma que ela pode ter um papel de aviso para os humanos. Segundo o autor, “a angústia afetiva pode permitir um pressentimento de perigos exteriores” possuindo uma função protetora, que serve ao sujeito como forma de precaução contra ameaças. No entanto, Neumann também coloca que a angústia pode ser destrutiva, “especialmente quando um elemento neurótico está fortemente presente; ou seja, ela pode tornar o homem incapaz de despertar para escapar do perigo ou lutar contra ele; a angústia pode paralisar o homem e degenerar em uma angústia de pânico” (NEUMANN, 2017, p. 116).

Como visto nas seções acima, a desinformação é construída com o intuito do engano e do prejuízo, por indivíduos ou organizações que possuem interesses em benefícios políticos,

financeiros e/ou egoicos²⁰. Percebe-se que a desinformação aparenta se fixar nas emoções das pessoas e não no raciocínio lógico, instigando crenças e preconceitos.

Visto as informações acima, a desinformação pode ser um elemento criado, propositalmente, para gerar angústia nas massas. Como citado antes: “a angústia prejudica a liberdade de decisão, podendo até mesmo torná-la impossível – e assim somente um homem sem medo pode decidir livremente” (NEUMANN, 2017, p. 105). Talvez se possa afirmar que a angústia gerada pela desinformação torna as massas de pessoas propensas a disseminar *misinformations*, pois na urgência de alertar a outros sobre determinado perigo ilusório, os sujeitos se encontram com a necessidade imediata de informar. No entanto, tais indivíduos não avaliam criticamente as *misinformations* e acabam disseminando a desinformação de maneira mais ampla, principalmente por via eletrônica.

Aqueles que possuem interesse na disseminação da desinformação podem se aproveitar das emoções, dos preconceitos e das crenças para disseminar o engano com vias de gerar alguma espécie de domínio sobre as massas. Os desinformadores procuram formar laços com as pessoas, para que estas se identifiquem com eles. E é nessa identificação que pode surgir uma conexão cesarística entre massas e líderes autoritários.

Como as massas esperam pela sua salvação da aflição através de uma absoluta unicidade com uma pessoa, elas atribuem a sua aflição a algumas pessoas, que por meio de uma conspiração trouxeram esta aflição ao mundo. O processo histórico é personificado desta maneira. Ódio, ressentimento e a angústia em relação a tudo que foi produzido por grandes levantes são concentrados em determinadas pessoas que são denunciadas como conspiradores demoníacos. Nada seria mais incorreto do que caracterizar os inimigos como bodes expiatórios (como acontece com frequência na literatura), pois eles aparecem como inimigos genuínos que alguém deve extirpar e não como substitutos os quais deve-se somente enviar para o deserto. Isto é uma falsa concretude e, portanto, especialmente uma imagem perigosa da história. O perigo consiste no fato de que esta imagem da história nunca é *completamente* falsa, mas sempre contém uma semente de verdade e, de fato, é preciso que a contenha, se quiser um efeito convincente. [...] Com esta imagem da história, a angústia real, que surge da guerra, da necessidade, da fome, da anarquia, é transformada em angústia neurótica e deve ser superada com a identificação com o líder demagogo, mediante uma total renúncia do Eu em favor do líder e de seu grupo, cujos interesses verdadeiros não têm necessariamente que corresponder aos interesses das massas (NEUMANN, 2017, p. 123-124).

O líder autoritário, ou grupo dominante, possuindo a influência cesarística nas massas, pode promover ideias conspiratórias com mais eficiência por meio das redes sociais digitais, alcançando um maior público. Se tal líder ou grupo são competentes em informação para

²⁰ Entende-se por interesse egoico a necessidade do prestígio político, tanto no exterior quanto no interior de determinado país, assim como a necessidade de causar confusão pelo simples prazer de fazer isso.

desinformar, aparentemente usarão as tecnologias digitais para sofisticar as narrativas desinformadoras, de modo que elas ganhem mais peso e legitimidade entre as massas. Tecnologias como a *deepfake*²¹, que é o uso de inteligência artificial para criar vídeos falsos, mas com um forte realismo, pode ser um exemplo disso (CABRAL, 2018). No entanto, desinformadores aparentam saber que tecnologia é apenas uma ferramenta e não uma solução última, e procuram utilizá-la apenas como mais um meio para construir o engano. Ora, o mentiroso, no sentido agostiniano do termo, supostamente conhece a verdade, e por ter a intenção de enganar, se esforça para criar narrativas convincentes, se utilizando dos meios que estão disponíveis.

É na emoção que o líder cesarista irá inocular a desinformação, seja ela construída em cima de fatos, usando palavras que levam a um entendimento errado, ou construída com base em invenções. A internet, com suas ferramentas, amplifica o poder e a influência de tal líder em cima de uma massa que desconhece o processo histórico (NEUMANN, 2017, p. 122), de modo que esse influenciador cesarista ganha a capacidade de fazer com que as pessoas percam a confiança no sistema político e em suas instituições, criando bolhas informacionais, polarizando a sociedade.

3.4 PROPOSTA DE UM MAPA CONCEITUAL PARA A DESINFORMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO INDIVÍDUO

Após todas as informações colocadas nas seções anteriores, propõem-se a construção de um mapa conceitual que relacione o indivíduo e a desinformação com vias de se obter uma melhor compreensão sobre o tema.

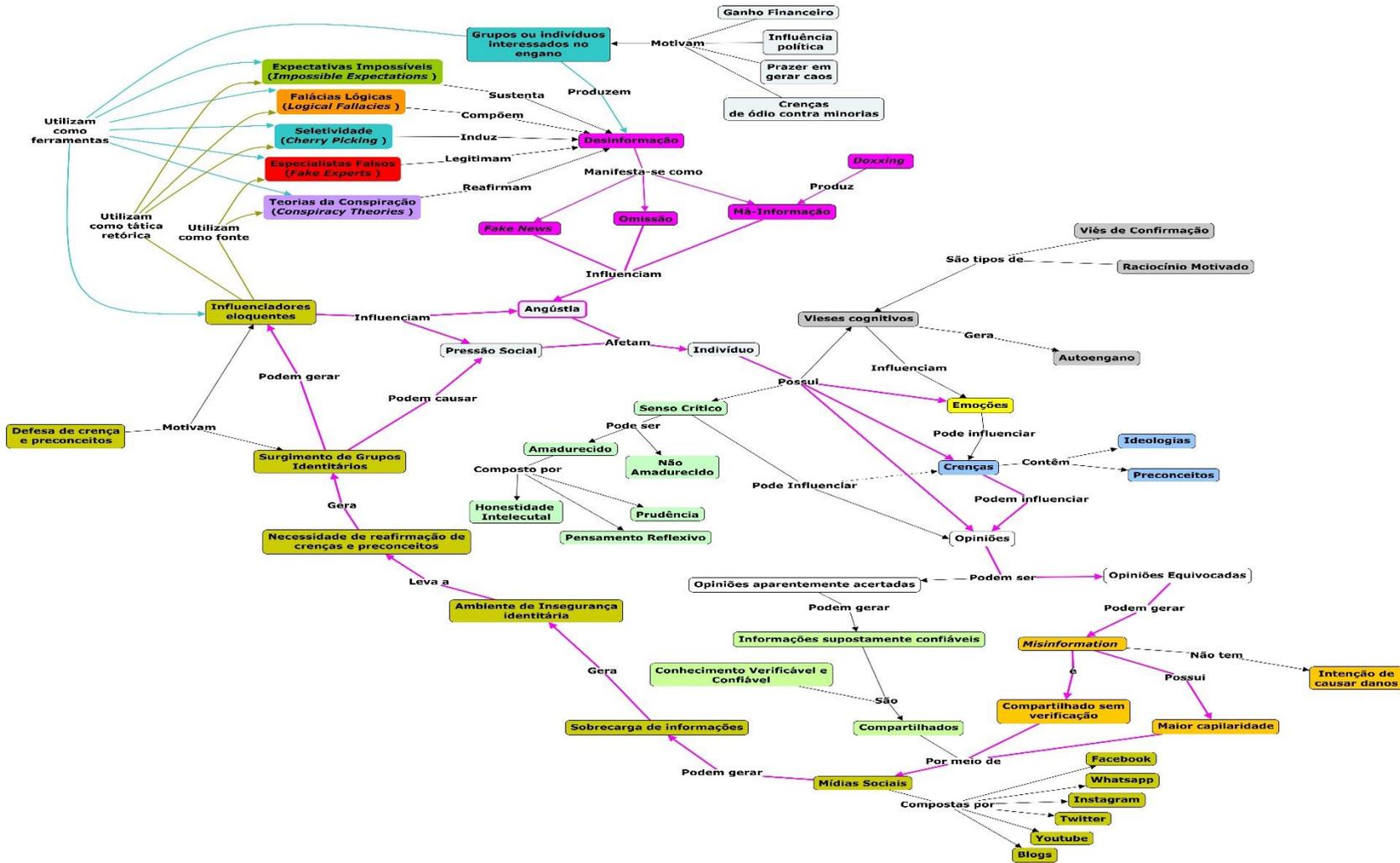
Pode se entender mapa conceitual como “uma estrutura esquemática para representar um conjunto de conceitos imersos numa rede de proposições”, sendo “entendido como uma representação visual utilizada para partilhar significados”, além de tornar mais fácil “a percepção e compreensão de eventos” (TAVARES, 2007, p. 84). Novak e Cañas definem mapa conceitual como uma ferramenta gráfica que organiza e representa o conhecimento, incluindo

²¹ “O termo *deepfake* apareceu em dezembro de 2017, quando um usuário do Reddit com esse nome começou a postar vídeos de sexo falsos com famosas. Com softwares de *deep learning*, ele aplicava os rostos que queria a clipes já existentes. Os casos mais populares foram os das atrizes Gal Gadot e Emma Watson. A expressão *deepfake* logo passou a ser usada para indicar uma variedade de vídeos editados com *machine learning* e outras capacidades de IA” (CABRAL, 2018).

conceitos rotulados com palavras dentro de círculos ou quadros, que são interligados por linhas que possuem palavras ou frases de ligação, estipulando relação entre os conceitos (NOVAK; CAÑAS, 2010, p. 10).

Para a construção do mapa abaixo, foi utilizado o software CmapTools, desenvolvido pelo *Institute for Human and Machine Cognition – IHMC*. Tal software permite a elaboração de mapas conceituais “da mesma forma que um processador de texto facilita a produção textual” (NOVAK; CAÑAS, 2010, p. 17). A seguir é apresentado o mapa.

Figura 11 – Desinformação e Indivíduo



Fonte: próprio autor

Pressupõe-se, no mapa acima, que a desinformação pode se manifestar na forma de *Fake news*, Omissão e Má-informação – esta última sendo gerada por meio da prática de *doxing*. Torna-se importante afirmar que, apesar de haver apenas três manifestações da desinformação no presente mapa, admite-se que pode haver outras formas de a desinformação se apresentar.

As setas em cor lilás, representando a cor do conceito desinformação, além de interligarem termos, estabelecendo relações entre eles, também servem para representar a influência da desinformação em cima de outros conceitos apresentados no mapa. Pode-se citar como exemplo, as setas que interligam *Fake news*, Omissão e Má-informação à Angústia. Supõe-se que tais manifestações desinformativas influenciam o conceito de angústia, exposto por Franz Neumann (2017), que afetará o indivíduo, que por sua vez terá as suas crenças, emoções e opiniões afetadas por tal sentimento. As opiniões do indivíduo, tendo recebido influência da desinformação por meio de suas crenças, podem se tornar equivocadas, gerando *misinformation*.

A partir deste ponto, talvez se possa afirmar que a *misinformation* guarda relação com o conceito de desinformação de efeito colateral (FALLIS, 2014a, p. 138-139; FALLIS, 2014b, p. 623). O efeito colateral da desinformação, portanto, se revela na *misinformation* – informações erradas que são compartilhadas sem a intenção de dolo, mas que não são verificadas por aqueles que as disseminam. Sendo assim, a desinformação continua o seu fluxo, tendo maior capilaridade nas mídias sociais, pois a desinformação possui, aparentemente, um apelo emocional maior.

No mapa conceitual é demonstrado que as mídias sociais podem gerar sobrecarga de informações. É nas mídias sociais que informações confiáveis são compartilhadas junto com informações de procedência duvidosa, tornando o ambiente social virtual em uma grande cacofonia de informações, sejam elas boas (confiáveis) ou sejam elas ruins (duvidosas). A grande quantidade de informações disponíveis e disponibilizadas nas mídias sociais pode saturar o indivíduo, de modo que este não consiga processar tudo o que recebe, gerando perturbações e um superestímulo cognitivo, interferindo na sua habilidade de pensar (SABER, 2006). Pode ser que tal cacofonia de informações gere insegurança nas pessoas que acessam diariamente a internet, de modo que seu senso de Eu se encontre fragilizado. Assim, nesse ambiente de insegurança, permeado com a desinformação, os sujeitos, na sua necessidade de reafirmação identitária, podem formar grupos, que irão confirmar suas frágeis identidades. Hogg (2019, p. 45) afirma que “alguns traços dos grupos e das identidades sociais são especialmente adequados para reduzir a autoincerteza”. Segundo o mesmo autor, tais grupos

devem ser polarizados com relação a outros, de modo que possuam limites bem definidos, para que exista uma distinção entre aqueles que estão “dentro” daqueles que estão “fora”. “Internamente, é preciso haver uma estrutura clara, em geral hierárquica. Isso torna o grupo coeso e homogêneo, de tal forma que seus membros são interdependentes e têm todos a mesma visão” (HOGG, 2019, p. 45). Supõe-se que tais grupos, motivados a defenderem as suas crenças, gerem pressão social em cima daqueles indivíduos que se encontram do “lado de fora”, recebendo influência indireta da desinformação.

O presente mapa afirma que grupos ou indivíduos interessados no engano, motivados por ganho financeiro, por influência política, por prazer em gerar caos e por discursos de ódio contra minorias, produzem a desinformação. Tais grupos ou pessoas podem utilizar como ferramenta de construção de desinformação as táticas apresentadas na taxonomia FLICC. Cada uma dessas táticas aparenta possuir um papel determinado na confecção da desinformação, como demonstrado na figura 3 na seção 3.1.

É interessante notar que o conceito que foi nomeado de influenciadores eloquentes, que pode surgir a partir do conceito de grupos identitários, pode ser utilizado também como ferramenta por partes interessadas no engano. No entanto, tais influenciadores servem como ferramenta de influência para disseminar a desinformação e não para a confecção desta.

Por fim, o mapa conceitual demonstra que o indivíduo não é sempre um ser passivo, recebendo influências desinformativas o tempo inteiro. Acredita-se que o indivíduo tenha acesso ao senso crítico, que pode ser amadurecido ou não, e que tal senso crítico pode influenciar suas crenças pessoais, assim como as suas opiniões. Talvez o senso crítico sirva como uma espécie de filtro contra a desinformação. A questão é saber como desenvolver e amadurecer isso na mente dos sujeitos.

4 O PENSAMENTO CRÍTICO-REFLEXIVO NA ERA DA DESINFORMAÇÃO

“Meu filho, guarde consigo a sensatez e o equilíbrio, nunca os perca de vista”.

Provérbios 3.21

“O Mestre disse: ‘O cavaleiro ajuda os outros a perceberem o que há de bom neles; não os ajuda a perceberem o que há de ruim. O homem vulgar faz o contrário”.

Confúcio – Livro XII Anacleto

Acredita-se que o problema da desinformação não terá uma solução definitiva, já que, aparentemente, a desinformação é uma questão inerente às sociedades humanas. Justifica-se tal afirmação ao observar a presença desinformativa através da história (POSETTI; MATTHEWS, 2018), e também por sua presença nas atitudes de outros animais, como drongos²² e chimpanzés²³, para citar alguns exemplos (KING, 2019). No entanto, há formas de atenuar a influência da desinformação entre os seres humanos, sendo uma delas o incentivo do amadurecimento do senso – ou pensamento – crítico entre as pessoas.

Elder e Paul (1996) definem pensamento crítico como “a habilidade e disposição de melhorar o pensamento sistematicamente sujeitando-o à autoavaliação intelectual”. Bezerra, Schneider e Brisola (2017, p. 8) definem o senso crítico como “fator cognitivo que orienta nossa atenção e seleção informacionais, com base no conhecimento acurado de nossas próprias demandas, em meio ao infinito informacional não administrável”. Pode-se dizer que o pensamento crítico-reflexivo é um elemento cognitivo que requer do indivíduo uma certa dose

²² “Uma ave muito vocal chamada drongo-de-cauda-forçada, residente no deserto do Kalahari, emite gritos de alarme ao avistar predadores. Às vezes é uma sinalização honesta, que beneficia não só os drongos mas também seus vizinhos [...]. Mas outras vezes, essas aves fazem algo não muito correto. Se um drongo avista um suricato em posse de um item alimentar interessante, como uma lagartixa, ele pode gritar em falso, sem que haja qualquer predador. Ao escutar o alerta, o suricato larga a comida e foge, e o drongo cata e come a lagartixa” (KING, 2019, p. 38).

²³ “Pesquisas sobre chimpanzés e muitos tipos de macacos mostram que eles inventam novas maneiras de distrair e enganar parceiros sociais quando o que está em jogo é acasalamento ou comida” (KING, 2019, p. 38).

de autoconhecimento, para que este saiba se orientar em um mundo informacional caótico e cacofônico. E é exatamente este fator cognitivo – o pensamento crítico-reflexivo – que deve ser amadurecido por meio do gosto pelo conhecimento qualificado, e por meio do incentivo a reflexão (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017, p. 8).

No entanto, o autoconhecimento aqui citado exige do indivíduo humildade intelectual perante aquilo que ele supostamente sabe e reflete, pois, a própria reflexão pessoal pode gerar erros e enganos, caso o sujeito, que se guia pela razão, esteja cego por sua própria cultura, crença, preconceitos, ou por não ter uma visão ampla do todo (GASQUE, 2012, p. 60). De fato, a honestidade intelectual é indispensável para as mentes, agindo como forma de defesa contra os vieses naturais das pessoas (RODRIGUES, 2018), de modo a levar os sujeitos a um constante exame consciente de suas reflexões internas sobre as informações externas que são acessadas por eles. Visto por este prisma, a honestidade intelectual anda ao lado da prudência.

Segundo Capurro (2010), a prudência é considerada como “o horizonte de alguém que é consciente de seus limites”, de modo a delimitar “o anti-critério ‘tudo é permitido’ nos fazendo conscientes de situações ambíguas e evita que busquemos soluções simplistas”. Baltasar Gracián, em um de seus aforismos onde aconselha a fugir de assuntos difíceis e perigosos, afirma que as grandes inteligências “só chegam a uma decisão depois de muito pensar, porque é mais fácil evitar o perigo do que se sair bem dele” (GRACIÁN Y MORALES, 2003, p. 49). Baltasar Gracián, em outra parte, diz que “a profunda compreensão alcança verdades imortais” (GRACIÁN Y MORALES, 2003, p. 57). Complementando isso, Rafael Capurro (2010) fala que “uma reflexão ética prudente tem também como função a de despertar e preservar a sensibilidade ética”, além de ter o dever de “pensar o universal sem deixar de lado a singularidade de formas de vida e os fatos históricos e geográficos”. Logo, ao que parece, a prudência requer observação e compreensão do momento histórico em que se vive, além de honestidade intelectual para compreender quando nossos vieses cognitivos interferem na reflexão feita a partir da observação realizada.

Um conceito que se relaciona com a prudência e com a honestidade intelectual, é o de pensador sofisticado. Segundo Elder e Paul (1996), o pensador sofisticado, além de possuir, supostamente, o controle sistemático de seus pensamentos, possui também a capacidade de monitorar, revisar e de repensar, continuamente, em maneiras para a melhoria constante de sua mente. De acordo com esses dois autores, os pensadores sofisticados

internalizaram profundamente as habilidades básicas do entendimento, de modo que o pensamento crítico para eles é, tanto consciente quanto altamente intuitivo. Como

Piaget colocaria, eles regularmente elevam seus pensamentos para o nível de realização consciente. Através de extensiva experiência e prática na dedicação de se autoavaliar, os pensadores sofisticados não apenas analisam ativamente seus pensamentos em todos os domínios significativos de suas vidas, mas também desenvolvem continuamente novos insights sobre problemas em profundos níveis mentais. Pensadores sofisticados estão profundamente comprometidos com a honestidade intelectual, e possuem um alto nível de controle, embora não perfeito, de suas naturezas egocêntricas (ELDER; PAUL, 1996).

Presumindo-se que o senso crítico é uma característica cognitiva naturalmente presente na mente dos seres humanos – seja de forma latente ou não – e observando a questão do pensamento sofisticado, acredita-se que para amadurecer o pensamento crítico-reflexivo é necessário exercício e prática, principalmente por meio do incentivo ao questionamento sobre as necessidades informacionais do indivíduo, além do encorajamento à “reflexão sobre o quão efetivamente necessárias seriam essas ‘necessidades’, seguida por um exame de sua hierarquia e de suas condições concretas de satisfação” (SCHNEIDER, 2019, p. 104). Toca-se, neste ponto, na questão da competência crítica em informação.

A competência crítica em informação destaca a importância da “reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico”, permitindo uma visão mais ampla de como as vidas dos indivíduos são moldadas pelas informações que eles recebem cotidianamente (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 138). Schneider complementa a fala das duas autoras, dizendo que a competência crítica em informação requer a suspensão da cotidianidade²⁴, que pode ser considerada como a “concentração em um único problema ou conjunto de problemas, junto à abstração da espontaneidade, do imediatismo, dos juízos provisórios, das generalizações, da mimese, dos preconceitos (SCHNEIDER, 2019, p. 104).

É interessante observar que Schneider articula a noção de competência crítica em informação em sete níveis, além de demonstrar a sua importância no enfrentamento à

²⁴ Heller afirma que “a vida cotidiana é heterogênea, que solicita todas as nossas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade com intensidade especial”. A autora afirma que para superar o cotidiano é necessária a homogeneização. Ela explica que isso “significa, por um lado, que concentramos toda nossa atenção *sobre uma única questão* e ‘suspenderemos’ qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa *inteira individualidade humana* na resolução dessa tarefa. [...] E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos. Apenas quando esses três fatores se verificam conjuntamente é que podemos falar de uma homogeneização que se eleva totalmente acima da cotidianidade para penetrar na esfera do humano-genérico” (HELLER, 2016, p. 48-49).

desinformação. Cada nível apresentado pelo autor é demonstrado abaixo (SCHNEIDER, 2019, p. 109):

1. **Nível da concentração:** é onde se deve dar a suspensão da cotidianidade;
2. **Nível da competência instrumental:** o indivíduo deve possuir conhecimento dos recursos informacionais, além do domínio técnico das tecnologias de informação e comunicação;
3. **Reflexão sobre as necessidades e gostos informacionais ou nível do gosto:** o indivíduo problematiza a sua noção de necessidade informacional, além de obter estímulo à curiosidade intelectual e à formação pelo gosto do pensamento questionador e rigoroso;
4. **Atitude questionadora diante da informação em si ou nível da relevância:** o indivíduo questiona sistematicamente a relevância da informação e da própria noção de relevância;
5. **Atitude questionadora diante das fontes de informação ou nível da credibilidade:** o indivíduo questiona sistematicamente a credibilidade das fontes de informação, assim como de seus produtores;
6. **Estudo da ética em informação na acepção séria do termo ou nível da ética:** pensamento ponderado e cauteloso sobre a noção de bem e mal, advindos dos usos da informação, enfatizando os problemas da mentira, da opressão e do sofrimento, a partir de uma visão intercultural, sem deixar de lado as contradições entre singular, particular e universal;
7. **Conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação ou nível da crítica:** “articulação de todos os níveis anteriores em uma perspectiva emancipatória realista, bem como da própria noção de realismo” (SCHNEIDER, 2019, p. 109).

Observando cada nível apresentado por Schneider, percebe-se que, aparentemente, os níveis de um a cinco revelam atitudes cognitivas do indivíduo para consigo mesmo, onde é demonstrado ações de prudência e de honestidade intelectual com relação as informações que a pessoa recebe diariamente. O nível seis, o da ética, supostamente já apresenta um pensamento que pode ser direcionado ao outro semelhante. E finalmente, o nível sete articula todos os níveis anteriores, demonstrando a necessidade de o ser humano entender tanto a si mesmo quanto ao outro, a partir de uma perspectiva crítica e autoavaliativa. Vale a pena mencionar que são cinco níveis que variam entre observação do mundo externo, observação do mundo interior do

indivíduo, e de competências instrumentais, antes de haver um pensamento ético com relação aos usos da informação, que pode afetar a um semelhante. Presume-se que talvez deva existir uma necessidade de autoconhecimento e autoavaliação antes de conhecer e avaliar o outro, para aí sim haver uma crítica mais abrangente sobre o si mesmo e o seu semelhante. Cada nível deve ser articulado entre si, nunca vistos de modo isolado, mas sempre complementares uns aos outros, além de serem observados com crítica e reflexão por aqueles que mediam ou usam a informação.

Compreendendo que deve haver, de certo modo, um exercício constante para alcançar determinado nível de competência crítica em informação – já que isso requer algum esforço para suspender a cotidianidade, para pensar criticamente sobre si mesmo, assim como para pôr a prova crenças e preconceitos pessoais – crê-se que aquele que alcançou certo amadurecimento de senso crítico possua alguma obrigação ética para com os seus semelhantes. Ora, o *semelhante* aqui mencionado não se refere a um indivíduo pertencente a uma mesma classe social ou a um mesmo povo ou cultura, mas refere-se sim ao semelhante no gênero humano. Eagleton afirma que “encontrarmo-nos uns com os outros puramente como corpos companheiros é tão palpável quanto abstrato. Visto que carne e osso são aquilo que nos constitui, a universalidade da espécie entra em cada vez que respiramos, em cada gesto que fazemos”. Um pouco mais a frente, o mesmo autor escreve: “Vimos que o perto e o longe se aliam, pelo menos no sentido de que o próximo é, simplesmente, qualquer estranho que porventura tenha vindo parar na nossa presença” (EAGLETON, 2010, p. 428). Assim sendo, nenhum indivíduo é um ser isolado no mundo, e o outro nunca é um objeto destituído de personalidade, vontades e deveres. “Uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas” (LOUW, 2001 *apud* OLINGER; BRITZ; OLIVIER, [s.d], p. 5), ou simplesmente “*eu sou porque nós somos*”. Visto tais coisas, entende-se que a individualidade deve se dar no âmbito do coletivo, tendo por princípio a colaboração e não a competição (SCHNEIDER, 2019, p. 112).

Portanto, pessoas que desenvolveram a sofisticação do pensamento, devem auxiliar aqueles sujeitos que não compreendem “as tarefas de seu tempo” – tarefas estas que são “apresentadas por uma ‘elite’ que as interpreta e lhas (*sic*) entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida” – a se enxergarem como sujeitos, e não como objetos massificados, domesticados e desesperançados (FREIRE, 2006, p. 51). O sujeito de pensamento avançado deve, de algum modo, influir em seu semelhante uma atitude crítica permanente, sem ignorar,

no entanto, o contexto político, cultural e social daquele que está disposto a aprender (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017, p. 11)²⁵.

Sagan e Druyan (2006, p. 409) dizem que “a alfabetização é o caminho da escravidão para a liberdade”, apesar de haver muitos tipos de escravidão e de liberdade. Tal alfabetização – o saber ler – carrega consigo, no contexto apresentado pelos autores, o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo. “Os tiranos e os autocratas sempre compreenderam que a capacidade de ler, o conhecimento, os livros e os jornais são potencialmente perigosos. Podem insuflar ideias independentes e até rebeldes nas cabeças de seus súditos” (SAGAN; DRUYAN, 2006, p. 408).

O ensinar ler, tendo o seu significado ampliado para o ensinar a pensar criticamente, de modo que o indivíduo aprenda a capacidade de “ler” e compreender o seu tempo e a si mesmo, além de instigar o seu gosto pelo conhecimento e pela informação qualificada, é um desafio que deve levar em conta “as dificuldades suscitadas por uma sociedade dividida em classes, que não possuem acesso igual ao capital cultural e escolar”, além de considerar que existe uma “dissociação entre conhecimento e prazer, que aparecem nas sociedades contemporâneas como antagônicos, por conta da tradição autoritária [...] da educação formal, que apenas valoriza o saber em sua variante positiva, instrumental e acrítica” (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017, p. 12).

O pensador crítico deve ser sensível a tais questões, além de compreender que a mesma ferramenta – a internet – que permite a ampla disseminação virótica de desinformação, também traz a possibilidade e a oportunidade de ampla divulgação de informação de qualidade. O mesmo meio que potencializa as vozes desinformadoras, também possibilita o acesso ao pensamento crítico-reflexivo. No entanto, os pensadores sofisticados, ou os competentes críticos em informação, devem ter interesse em usar os recursos de rede disponíveis para informar e gerar gosto pelo conhecimento àqueles que acessam diariamente as mídias sociais. Pensadores críticos, tendo internalizado os sete níveis da competência crítica em informação, são capazes, presume-se, de utilizar as oportunidades que o tempo dá, para influir no semelhante

²⁵ Vale uma ressalva neste ponto. Apesar de se expor uma obrigação ética daquele que alcançou certa sofisticação de pensamento para com um outro semelhante que não alcançou tal estado, isso não significa dizer que deva existir uma relação hierárquica e tutora entre “aqueles que sabem” para com “aqueles que não sabem”. O contexto aqui colocado, presume que o pensador sofisticado seja sensível ao seu ambiente ao redor, além de humilde, de modo que ele se veja mais como um meio, ou ferramenta, para que outros tenham o seu senso crítico amadurecido. A relação entre esses semelhantes, pensa-se, é de cooperação e não de hierarquia.

o pensamento crítico-reflexivo, de modo que aquele que antes se encontrava vulnerável à desinformação e às armadilhas de sua própria mente, consiga se proteger.

Importante ressaltar que a obrigação do pensador crítico não deve ser reduzida a apenas fundamentações morais e práticas. Conforme diz Capurro, a respeito da ética intercultural da informação, esse pensamento ético deve “assumir a responsabilidade de abrir uma reflexão sobre visões e opções de vida partindo dos desafios de um mundo que se une e se separa cada dia mais intensamente com base na comunicação digital” (CAPURRO, 2010). Portanto, o pensador crítico deve ser capaz de perceber, refletir e criticar as oportunidades que lhe são apresentadas para influir no semelhante o pensamento crítico-reflexivo, além de ser sensível às necessidades e ao contexto desse semelhante, assim como ser sensível ao contexto espaço-temporal em que ele mesmo, o pensador crítico, está inserido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A tolice é um inimigo mais perigoso do bem do que a maldade. Contra o mal se pode protestar, é possível desmascará-lo, pode-se, em caso de necessidade, impedi-lo com o uso da violência. O mal sempre já traz em si o germe da autodesagregação, pelo fato de deixar ao menos um mal-estar na pessoa. Contra a tolice não temos defesa”.

Dietrich Bonhoeffer em Resistência e Submissão

“A insensatez é pura exibição, sedução e ignorância”

Provérbios 9.13

A mente humana, apesar de ser uma “máquina de predição” poderosa, é suscetível a falhas e vulnerabilidades. Como demonstrado brevemente neste trabalho, as crenças pessoais, a necessidade de confirmação identitária, e o medo da perda da noção de Eu, podem levar a pessoa a aderir a desinformação. E, ao que parece, se a desinformação estiver em harmonia com a crença pessoal do indivíduo, este irá defendê-la contra as informações que a contradigam. Portanto, simplesmente corrigir as informações falsas não resolve o problema.

A definição de desinformação, como demonstrado, não é de difícil compreensão. Porém, a classificação de suas manifestações pode ser desafiante e complicada, visto que elas podem se misturar e se complementarem. Cita-se como exemplo a possibilidade de a má-informação ser postada na internet em formato de *fake news*, que certamente gerará um efeito colateral, possibilitando a disseminação de *misinformation* por parte daqueles que não percebem que estão consumindo desinformação. Talvez essa seja uma forma da desinformação se diluir no cotidiano, de modo a se tornar comum para a sociedade, abrindo novas oportunidades para aqueles que tem interesse em desinformar.

Apesar de o assunto não ter sido abordado diretamente na seção 3, a desinformação, com todas as suas características, é construída com o intuito de atingir o emocional das pessoas, pois é nas emoções, e não na razão, que a desinformação encontra abrigo. A mentira, em sentido agostiniano, ou a desinformação em sua forma de *misinformation*, se instala melhor no indivíduo quando este passa a crer nela. E essa crença pode advir a partir de um ego amaciado ou de alguma insegurança a respeito da noção de Eu que a pessoa tenha, ou de ambos os casos. Ora, um sujeito inseguro a respeito de si mesmo é mais vulnerável a influência da desinformação, podendo até mesmo se aliar a grupos que possuam crenças de ódio contra minorias, ou a grupos autoritários que prometem restaurar uma suposta ordem perdida.

Mas deve-se ter em mente que todos os seres humanos, não apenas os inseguros a respeito de si, estão suscetíveis a influência perniciosa da desinformação – inclusive os pensadores críticos. Qualquer cérebro pode ser sugestionado a crer em algo que não existe. Carl Sagan (2006, p. 165) relata uma pesquisa da psicóloga Elizabeth Loftus, da Universidade de Washington, onde ela

descobriu que indivíduos não hipnotizados podem ser facilmente levados a acreditar que viram algo que não viram. Num experimento típico, os indivíduos assistem ao filme de um acidente de carro. Enquanto são questionados sobre o que viram, recebem de passagem informações falsas. Por exemplo, um sinal de parada é mencionado fortuitamente, embora não houvesse nenhum no filme. Muitos indivíduos então recordam terem visto um sinal de parada. Quando o engano é revelado, alguns protestam veementemente, enfatizando serem nítidas as suas lembranças do sinal. Quanto maior o intervalo entre o momento de ver o filme e o de receber a informação falsa, mais as pessoas permitem que suas lembranças sejam adulteradas.

A conscientização das vulnerabilidades da mente pode justificar a necessidade do desenvolvimento e amadurecimento do senso crítico-reflexivo, dando ênfase na prudência e na honestidade intelectual. Como visto na seção 4, tal amadurecimento deve surgir a partir de um constante exercício e prática, além de ser incentivado nas sociedades. Porém, deve-se levar em conta que nem todo indivíduo estará aberto ao pensamento crítico-reflexivo. “É difícil, senão impossível, remover mediante palavras hábitos há longo tempo incorporados ao caráter dessas pessoas” (ARISTÓTELES, 1996, p. 316). Portanto supõe-se que alguns, sentindo o desconforto da dissonância cognitiva gerada pela crítica e pela reflexão irão se entregar com mais força e vigor às suas crenças e preconceitos. Tal entrega potencializa o risco da disseminação de desinformação. Mas, mesmo entre aqueles fechados à reflexão, pode ser que exista alguns que ainda irão se abrir – mais cedo ou mais tarde – ao questionamento crítico. Entretanto, aqueles que não se abrem a uma autoavaliação sobre si mesmos e sobre o tempo-espaço em que vivem,

possuindo uma profunda e enraizada crença em líderes cesaristas, além de irem mais fundo em seus preconceitos, tendo-os como corretos e infalíveis, pode-se dizer que estes agem com tolice (BONHOEFFER, 2003).

A tolice surge como derradeira reflexão nas considerações finais deste trabalho, tendo alguma ligação com o conceito de pós-verdade. Ora, se a pós-verdade é caracterizada pelo fato de opiniões e “crenças pessoais pesarem mais na formação da opinião pública do que evidências e argumentos racionais” (SCHNEIDER; PIMENTA, 2019), pode-se dizer que o tolo faz parte disso, pois ele está sempre satisfeito com suas próprias opiniões e visões de mundo, podendo até se tornar perigoso, caso se discorde dele, porque o tolo “facilmente se sente provocado e passa à agressão” (BONHOEFFER, 2003, p. 33). No entanto, a tolice não deve ser vista como um defeito intelectual ou como alguma espécie de atrofia cognitiva. Bonhoeffer escreve que “há pessoas intelectualmente muito ágeis que são tolas e outras intelectualmente muito lentas que são tudo, menos tolas”. Segundo o mesmo autor, a tolice é um defeito humano (BONHOEFFER, 2003, p. 33). Bonhoeffer afirma:

Examinando melhor a questão, mostra-se que qualquer demonstração exterior mais forte de poder, seja ele político ou religioso, castiga boa parte das pessoas tornando-as tolas. E até se tem a impressão de que se trata aí de alguma espécie de lei sociológico-psicológica. **O poder de uns precisa da tolice dos outros**²⁶. No entanto, o que acontece não é que determinadas capacidades – como, por exemplo, as intelectuais – de repente se atrofiem ou desapareçam na pessoa, mas que, sob a impressão avassaladora causada pela demonstração de poder, a pessoa é privada de sua autonomia interior e então desiste – mais ou menos inconscientemente – de encontrar uma postura própria diante das condições de vida com que se depara. O fato de que o tolo muitas vezes se mostra obstinado não deve nos levar a concluir que seja independente. Na conversa com ele chega-se a sentir que não é com ele mesmo que se está tratando, mas com chavões e palavras de ordem que tomaram conta dele. Ele está fascinado, obcecado, foi maltratado e abusado em seu próprio ser. Tendo-se tornado, assim, um instrumento sem vontade própria, o tolo também é capaz de qualquer maldade e, ao mesmo tempo, incapaz de reconhecê-la como tal. Aqui reside o perigo de um abuso diabólico, por meio do qual pessoas poderão ser destruídas para sempre (BONHOEFFER, 2003, p. 33-34).

Assim sendo, ao que parece, a tolice tem um papel na manutenção da pós-verdade, além de ser um fator perigoso e prejudicial à sociedade, fomentando de modo mais profundo a desinformação. Além disso, talvez se possa afirmar que o poder do líder ou grupo de característica cesarista, dependa da tolice dos outros, já que o tolo, identificando-se com eles, converte-se em ferramenta desinformativa, passando a espalhar *misinformations*. O tolo torna-se culpado por espalhar mentiras sem ser mentiroso, já que crê na desinformação.

²⁶ Grifo nosso.

Porém, argumentar diretamente com um tolo pode ser inútil, já que o argumento contra suas tolices toca diretamente em suas crenças. Ora, “não vale a pena conversar com o tolo, pois ele despreza a sabedoria do que você fala” (BÍBLIA, Provérbios, 23, 9). No entanto, isso não significa dizer que a tolice deva ser ignorada, já que seus efeitos perniciosos se demonstram na internet, como no caso dos movimentos antivacina, para citar um exemplo. Talvez um aprofundamento sobre o estudo da produção social do engano e do autoengano (FROEHLICH, 2017, 2019) possam trazer algum entendimento a mais sobre o que leva as pessoas a crerem em desinformações. Entretanto, insiste-se que para combater a tolice – e não o tolo – deve haver incentivo ao pensamento sofisticado, assim como maior acesso a informações de qualidade, de modo que a tolice perca força e espaço na internet. Todavia, para que isso ocorra, pensadores críticos – e porque não dizer as Universidades – devem ocupar e saber usar, com responsabilidade, os espaços que o mundo real e virtual oferece, com todos os seus meios e facilidades tecnológicos, de modo a criar nos indivíduos interesse pelo gosto pelo conhecimento de qualidade, além de incentivá-los ao pensamento crítico-reflexivo.

Por fim, ao que parece, a solução para lidar com a desinformação e com as tolices que permeiam as redes repousa no pensamento crítico-reflexivo. A crítica e a reflexão não excluem outras formas de combater a desinformação, no entanto, insiste-se que o pensamento crítico-reflexivo deve estar presente nas outras diversas soluções para coibir as informações falsas. Tais soluções se encontrariam, por exemplo, no fomento a divulgação científica, tanto por meio de mídia tradicional quanto por meio de mídia digital; em projetos educacionais, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio e superior sobre os novos meios de comunicação e informação; nas regulamentações democráticas a respeito da internet; e no combate a fontes de financiamento de canais desinformadores.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal Of Economic Perspectives**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 211-236, maio 2017. American Economic Association. <http://dx.doi.org/10.1257/jep.31.2.211>. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~gentzkow/research/fakenews.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020

ALLEN, Steven. **Falácias lógicas: as 59 falácias lógicas mais poderosas**. [S.L]: Createspace, 2017.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: **Aristóteles**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 117-320. (Os Pensadores)

ASCH, Solomon E.. Opinions and social pressure. **Scientific American**, San Francisco, v. 193, n. 5, p. 31-35, nov. 1955. Disponível em: <https://www.lucs.lu.se/wp-content/uploads/2015/02/Asch-1955-Opinions-and-Social-Pressure.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

AUPERS, Stef. ‘Trust no one’: modernization, paranoia and conspiracy culture. : Modernization, paranoia and conspiracy culture. **European Journal Of Communication**, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 22-34, mar. 2012. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0267323111433566>. Disponível em: <https://journals-sagepubcom.ez29.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/0267323111433566>. Acesso em: 10 maio 2020.

AVAAZ. **Grupos antivacina já começaram campanha de desinformação contra a vacina do coronavírus: será que isso vai afetar a imunidade de rebanho no Brasil e no mundo?.** 2020a. Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/po/desinformacao_vacina_coronavirus/?fbclid=IwAR3Ao7KIZofhoJY9G78RHKfOQTGoxmNw8OC7cbqt3JbLS7gsYQQS8afO10Q. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Facebook’s algorithm: a major threat to public health.** 2020b. Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/en/facebook_threat_health/ . Acesso em: 22 ago. 2020.

BALLOUSSIÉ, Anna Virginia. **Hillary falhou em proteger americanos em Benghazi, diz relatório da Câmara.** 2016. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1786456-hillary-falhou-em-proteger-americanos-em-benghazi-diz-relatorio-da-camara.shtml>. Acesso em: 03 maio 2020.

BEZERRA, Arthur Coelho. Teoria crítica da informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo Silva. **IKrítica: estudos críticos em informação**. estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 73-116.

_____; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p.7-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/31114/17408>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BÍBLIA, A.T. Provérbios. In BÍBLIA. Português. **Bíblia Leitura Perfeita**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018. P. 618.

BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão**: cartas e anotações escritas na prisão. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRITO, Vladimir de Paula. **Poder informacional e desinformação**. 2015. 550 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/23416256/PODER_INFORMACIONAL_E_DESINFORMA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 04 maio 2020.

CARROLL, Robert Todd. **The Skeptic's dictionary**: a collection of strange beliefs, amusing deceptions, and dangerous delusions. a collection of strange beliefs, amusing deceptions, and dangerous delusions. 2016. Disponível em: <http://skepdic.com/confirmbias.html>. Acesso em: 08 maio 2020.

CABRAL, Isabela. **O que é deepfake? Inteligência artificial é usada para fazer vídeo falso**: inteligência artificial é usada para fazer montagem com famosos e políticos, substituindo rostos e vozes em vídeos realistas; novidade traz preocupações éticas. inteligência artificial é usada para fazer montagem com famosos e políticos, substituindo

rostos e vozes em vídeos realistas; novidade traz preocupações éticas. 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/07/o-que-e-deepfake-inteligencia-artificial-e-usada-para-fazer-videos-falsos.ghtml>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CAPURRO, Rafael. **Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información**. 2010. Disponível em: <<http://www.capurro.de/paraiba.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019

CARDOSO, Thaís. **Campanha de desinformação sobre vacina contra covid-19 avança com testes no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/iearp/campanha-de-desinformacao-sobre-vacina-contr-covid-19-avanca-com-testes-no-brasil/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CONGRESSISTAS republicanos atacam Hillary em relatório sobre Benghazi: eles acusam Hillary de ter subestimado ameaça extremista. Em 2012, agressores mataram embaixador e outros 3 americanos na Líbia. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/congressistas-republicanos-atacam-hillary-emrelatorio-sobre-benghazi.html>. Acesso em: 03 maio 2020.

COOK, John. **A History of FLICC: the 5 techniques of science denial**. the 5 techniques of science denial. 2020. Disponível em: <https://skepticalscience.com/history-FLICC-5-techniques-science-denial.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

COPI, Irving M.. **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

DECEPEÇÃO. *In*. DICIONÁRIO Priberam. 2020a. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/decep%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 maio 2020.

_____. *In* DICIO - dicionário online de português. 2020b. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/decepcao/>. Acesso em: 04 maio 2020.

_____. *In*. MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020c. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=decep%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 04 maio 2020.

DECEPTION. *In*. OXFORD student's dictionary: 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

DECEPTION. *In*. CAMBRIDGE dictionary. Cambridge: Cambridge University Press. 2020a. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/deception>. Acesso em: 04 maio 2020.

_____. *In*. MERRIAM-WEBSTER dictionary. 2020b. Disponível em: <https://www.merriamwebster.com/dictionary/deception>. Acesso em: 04 maio 2020.

_____. *In*: ONLINE etymology dictionary. [S.l.], 2020c. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/deception>. Acesso em: 06 maio 2020.

DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 10, n. 27, p. 7-39, ago. 1996. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141996000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v10n27/v10n27a02.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

DONOVAN, Joan. **Refuse and resist!** 2017. Disponível em: <https://limn.it/articles/refuseand-resist/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *In*: DUNKER, Christian; TEZZA, Cristovão; FUKS, Juláin; TIBURI, Marcia; SAFATLE, Vladimir. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 9-41.

DUNNING, Brian. **As Cinco manobras da negação da ciência**. 2019. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2019/09/19/cinco-manobras-da-negacao-da-ciencia>. Acesso em: 08 set. 2020.

EAGLETON, Terry. **O Problema dos desconhecidos: um estudo da ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ELDER, Linda; PAUL, Richard. **Critical thinking development: a stage theory**. 1996. Disponível em: <https://www.criticalthinking.org/resources/articles/ct-development-a-stage-theory.shtml> . Acesso em 12 ago. 2020.

ENGANO. *In*. MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ENGANO>. Acesso em: 04 maio 2020.

ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL (ed.). **A Desinformação: contexto europeu e nacional.** [S.L]: Erc, 2019. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Documents/2019/abril/desinformacao_contextoeuroeunacional-ERC-abril2019.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

EQUIPE EDITORIAL. **Etimologia de falácia.** 2020. Disponível em: <https://etimologia.com.br/falacia/>. Acesso em: 07 set. 2020.

ESTIBORDO. **OMS diz que nunca aconselhou a aplicação de confinamento como medida para o combate ao coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www.estibordo.org/post/136497>. Acesso em: 04 nov. 2020.

FALLACY files. 2020. Disponível em: <http://www.fallacyfiles.org/quotcont.html>. Acesso em: 12 set. 2020.

FALLIS, Don. The Varieties of disinformation. In: FLORIDI, Luciano; ILLARI, Phyllis (ed.). **The Philosophy of information quality.** [S.L]: Springer, 2014a. p. 135-161.

_____. A Functional analysis of disinformation. In: ICONFERENCE, 9., 2014b, Berlin. **iConference 2014 Proceedings.** Berlim: iSchools, 2014b. p. 621-627. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ac52/1e650b57d5a0f86244d1a9348e7d7306fb1d.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

FETZER, James H.. Disinformation: the use of false information. **Minds And Machines**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 231-240, maio 2004. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1023/b:mind.0000021683.28604.5b>.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FROEHLICH, Thomas J.. A Not-so-brief account of current information ethics: the ethics of ignorance, missing information, misinformation, disinformation and other forms of deception or incompetence. : the ethics of ignorance, missing information, misinformation, disinformation and other forms of deception or incompetence. **Bid: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**n, Barcelona, v. 12, n. 39, p. 1-14, dez. 2017. Disponível em: <http://bid.ub.edu/pdf/39/en/froehlich.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

FROEHLICH, Thomas J.. The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of fake news. **Open Information Science**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 115-136, 1 jan. 2019. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/opis-2019-0009>.

_____. Ten Lessons for the Age of Disinformation. **Advances In Media, Entertainment, And The Arts**, [S.L.], p. 36-88, 2020. IGI Global. <http://dx.doi.org/10.4018/978-1-7998-2543-2.ch003>.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília, Df: Faculdade de Ciência da Informação; Unb, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

GLOBAL DISINFORMATION INDEX STAFF (UK). *The Quarter billion dollar question*: [s.l]: Gdi, 2019. Disponível em: https://disinformationindex.org/wpcontent/uploads/2019/09/GDI_Ad-tech_Report_Screen_AW16.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

_____. **Ad-funded COVID-19 disinformation**: money, brands and tech. money, brands and tech. 2020. Disponível em: https://disinformationindex.org/wp-content/uploads/2020/07/GDI_Ad-funded-COVID-19-Disinformation-1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

GOLDMAN, Alex. **The Problem with "doxxing"**. 2014. Disponível em: <https://www.wnyc.org/story/problem-doxxing/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GRACIÁN Y MORALES, Baltasar. **A Arte da prudência**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. Organização Domenico de Masi.

GRAGNANI, Juliana. **Como 'comportamento de manada' permite manipulação da opinião pública por fakes**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42243930>. Acesso em: 08 ago. 2020.

GREGÓRIO, Sérgio Biagi (org.). **Dicionário de filosofia**. [S.L], 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/fal%C3%A1cia>. Acesso em: 07 set. 2020.

GUZZO, Guilherme Brambatti; LIMA, Valderéz Marina do Rosário. O Exercício do pensamento crítico em face dos vieses cognitivos. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, 10., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre:

Edipucrs, 2018. p. 1-12. Disponível em:

http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/15072/2/O_EXERCICIO_DO_PENSAMENTO_CRITICO_EM_FACE_DOS_VIESES_COGNITIVOS.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

HABGOOD-COOTE, Josh. **Stop talking about fake news!** 2018. Disponível em:

https://medium.com/@josh_coote/stop-talking-about-fake-news-cacf90998566. Acesso em: 29 out. 2020.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. 11. ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HIGH LEVEL GROUP. **A Multi-dimensional approach to disinformation**: Bélgica: European Commission, 2018.

HOGG, Michael A.. Mudança radical: as incertezas globais ameaçam nosso senso de eu. Para lidar com esse quadro, as pessoas abraçam o populismo. **Scientific American**, [s.l.], v. 18, n. 201, p.42-45, nov. 2019.

HOOFNAGLE, Mark. **Hello scienceblogs**. 2007a. Disponível em:

<https://scienceblogs.com/denialism/2007/04/30/hello-to-scienceblogs>. Acesso em: 03 set. 2020.

_____. **Impossible expectations (and moving goalposts)**. 2007b. Disponível em:

<https://scienceblogs.com/denialism/2007/05/03/impossible-expectations-and-mo>. Acesso em: 08 set. 2020.

_____. **Fake experts**. 2007c. Disponível em:

<https://scienceblogs.com/denialism/2007/05/02/fake-experts>. Acesso em: 21 out. 2020.

_____. **Selectivity (cherry picking)**. 2007d. Disponível em:

<https://scienceblogs.com/denialism/2007/05/01/selectivity-cherry-picking-1>. Acesso em: 26 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS - POLO RIBEIRÃO PRETO (Ribeirão Preto).

Universidade de São Paulo. **União Pró-Vacina**. 2020. Disponível em:

<https://sites.usp.br/iearp/uniao-pro-vacina/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

INTERVIEW Frank Luntz. 2004. Disponível em:
<https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/persuaders/interviews/luntz.html>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ISLAM, Gazi. Social Identity Theory. In: TEO, T. (ed.). **Encyclopedia of critical psychology**. [S.L.]: Springer-Verlag, 2014. p. 1781-1783. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/281208338_Social_Identity_Theory. Acesso em: 06 out. 2020.

KING, Barbara J.. O Dom de iludir: o homo sapiens não é a única espécie capaz de mentir. a desonestidade é frequente no mundo animal. **Scientific American**, [S.L.], v. 18, n. 201, p. 36-39, nov. 2019.

LAZER, David M. J.; BAUM, Matthew A.; BENKLER, Yochai; BERINSKY, Adam J.; GREENHILL, Kelly M.; MENCZER, Filippo; METZGER, Miriam J.; NYHAN, Brendan; PENNYCOOK, Gordon; ROTHSCHILD, David. The science of fake news. **Science**, [S.L.], v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 8 mar. 2018. American Association for the Advancement of Science (AAAS). <http://dx.doi.org/10.1126/science.aao2998>. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/323650280_The_science_of_fake_news. Acesso em: 18 ago. 2020.

LEWANDOWSKY, Stephan; COOK, John. **O Manual das teorias da conspiração**. [S.L.]: Center For Climate Change Communication, 2020. Disponível em:
https://www.climatechangecommunication.org/wp-content/uploads/2020/05/ConspiracyTheoryHandbook_Portuguese.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

MAGREBINO. In: DICIO - dicionário online de português. 2020. Disponível em:
<https://www.dicio.com.br/magrebino/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MARCUSE, Herbert. **O Homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

MARTELETO, Regina Maria. A Cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 29-48. Disponível em:
 <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4952291/mod_resource/content/1/pierre_bourdieu_ebook.pdf>. Acesso em: 22 mar.. 2020.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. **Media manipulation and disinformation online**. [S.L.]: Data & Society, 2017. Disponível em: https://datasociety.net/wp-content/uploads/2017/05/DataAndSociety_MediaManipulationAndDisinformationOnline-1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

MCNEALY, Jasmine. **What is doxxing, and why is it so scary?** 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/what-is-doxxing-and-why-is-it-so-scary-95848>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MENEZES, Luiz Fernando. **Beber água e fazer gargarejos com sal ou vinagre não impedem infecção por coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/beber-agua-e-fazer-gargarejos-com-sal-ou-vinagre-nao-impedem-infeccao-por-coronavirus/>. Acesso em: 01 set. 2020.

_____; FÁVERO, Bruno. **É falso que início do surto de H1N1 foi mais mortal que o de Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-inicio-do-surto-de-h1n1-foi-mais-mortal-que-o-de-covid-19/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MICHAELS, David. Manufactured uncertainty: contested science and the protection of the public's health and environment. : contested science and the protection of the public's health and environment. In: PROCTOR, Robert N.; SCHIEBINGER, Londa (ed.). **Agnotology: the making & unmaking of ignorance**. the making & unmaking of ignorance. California: Stanford University Press, 2008. p. 90-107.

MOREIRA, Matheus. **Fake news sobre covid-19 produzidas por grupos antivacina saltam 383%, diz estudo**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/fake-news-sobre-covid-19-produzida-por-grupos-antivacina-saltam-383-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MULHER confessa que inventou ataque. **Correio da Manhã**. Lisboa. jul. 2004. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/mulher-confessa-que-inventou-ataque>. Acesso em: 30 nov. 2020.

NEUMANN, Franz. Angústia e Política. In. **Dissonância: Teoria Crítica e Psicanálise**, Campinas, n. 01, p. 104-154, 1º Sem 2017.

NOVAK, Joseph D.; CANAS, Alberto J.. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elabora-los e usa-los. **Praxis Educativa**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 9-29, 21 jul. 2010. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.5i1.009029>.

NRIAGU, Jerome O.. Clair Patterson and Robert Kehoe's Paradigm of "Show Me the Data" on Environmental Lead Poisoning. **Environmental Research**, [S.L.], v. 78, n. 2, p. 71-78, ago. 1998. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1006/emrs.1997.3808>.

OLINGER, H. N.; BRITZ, J. J.; OLIVIER, M. S.. **Western privacy and ubuntu: influences in the forthcoming data privacy bill**. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.117.3533&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PACHECO, Priscila. **Vacinas testadas contra Covid-19 não usam nanochip para rastrear pessoas pelo 5G**. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/vacinas-testadas-contracovid-19-nao-usam-nanochip-para-rastrear-pessoas-pelo-5g/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PENNAFORT, Roberta. **É #fake que início do surto de H1N1 no Brasil, em 2009, matou mais que o do novo coronavírus**: mensagens têm circulado fazendo comparação falsa. publicação viral coloca dados de alguns dias do coronavírus contrapostos aos de vários meses do h1n1. mensagens têm circulado fazendo comparação falsa. Publicação viral coloca dados de alguns dias do coronavírus contrapostos aos de vários meses do H1N1. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/03/25/e-fake-que-inicio-do-surto-de-h1n1-no-brasil-em-2009-matou-mais-que-o-do-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2020.

POSETTI, Julie; MATTHEWS, Alice. **A Short guide to the history of 'fake news' and disinformation**: a learning module for journalists and journalism educators. [S.L.]: Icfj, 2018. Disponível em: https://www.icfj.org/sites/default/files/2018-07/A%20Short%20Guide%20to%20History%20of%20Fake%20News%20and%20Disinformation_ICFJ%20Final.pdf. Acesso em: 03 ago. 2020.

RACIOCÍNIO motivado e viés de confirmação. 2020. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/raciocinio-motivado-e-vies-de-confirmacao/>. Acesso em: 07 maio 2020.

RANCIÈRE, Jacques. As Novas razões da mentira. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 22 ago. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2208200403.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RIEH, Soo Young. Credibility and Cognitive Authority of Information. **Encyclopedia Of Library And Information Sciences, Third Edition**, [S.L.], p. 1337-1344, 17 dez. 2009. CRC Press. <http://dx.doi.org/10.1081/e-elis3-120044103>.

RODRIGUES, Aroldo. **Da Inutilidade das discussões: uma perspectiva psicológica.** [s.l.], 2018.

ROSA, Victor. **Suposta 'cura milagrosa' da Covid-19 deixa farmácias sem ivermectina em Salvador.** 2020. Disponível em: <https://coronavirus.atarde.com.br/suposta-cura-milagrosa-da-covid-19-deixa-farmacias-sem-ivermectina-em-salvador/#page-7>. Acesso em: 09 set. 2020.

OLIVEIRA, Thaianie; QUINAN, Rodrigo; TOTH, Janderson Pereira. Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS): mapeamento de fake sciences ligadas à saúde no facebook. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 90-111, 31 mar. 2020. Instituto de Comunicacao e Informacao Cientifica e Tecnologica em Saude. <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v14i1.1988>.

SABER, Marina Medina. **Efeitos da sobrecarga da informação no cotidiano de jornalistas em Campo Grande - MS.** 2006. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, Df, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5520/1/2006_Marina%20Medina%20Saber.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

SAGAN, Carl. *O Mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____; DRUYAN, Ann. O Caminho para a liberdade. In: SAGAN, Carl. **O Mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 399-413.

SANTO AGOSTINHO. **A Mentira - Contra a mentira.** [S.l.]: Paulus, 2019. (Patrística).

SCHMAELTER, Matheus Maia. **Argumentum ad hominem.** 2019a. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/argumentum-ad-hominem/>. Acesso em: 11 set. 2020.

_____. **Falácia do espantalho.** 2019b. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/falacia-do-espantalho/>. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. **Falácia da composição.** 2019c. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/falacia-da-composicao/>. Acesso em: 17 set. 2020.

SCHMAELTER, Matheus Maia. **Falácia da falsa causalidade**. 2019d. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/falacia-da-falsa-causalidade/>. Acesso em: 17 set. 2020.

_____. **Falácia da falsa equivalência**. 2019e. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/falacia-da-falsa-equivalencia/>. Acesso em: 18 set. 2020.

SCHNEIDER, Marco. **A Dialética do gosto: informação, música e política**. Rio de Janeiro: Circuito, 2015.

_____. CCI/7: competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. : Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo Silva. **IKrítica: estudos críticos em informação**. estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 73-116.

_____; PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Walter Benjamin e a pós-verdade**. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Walter-Benjamin-e-a-pos-verdade/52/46008>. Acesso em: 12 maio 2020.

SETH, Anil K.. Nossos universos interiores: a realidade é construída pelo cérebro, e não existem dois cérebros exatamente iguais. **Scientific American**, [S.L], v. 18, n. 201, p. 27-33, nov. 2019.

SILVA, Guilherme Santos. **Falácias lógicas**. 2020. Disponível em: <https://www.phylos.net/2020-05-06/falacias-logicas/>. Acesso em: 10 set. 2020.

SILVA, Iorgama Porcely dos Santos; ARAÚJO, Jessyka Oliveira de; SILVA, Eliana Lucinda da; BRITO, Edjaneide Bezerra de; CABRAL, Ivens Bruno Vieira. **Enciclopédia das falácias**. 2020. Disponível em: <http://falaciasonline.wikidot.com/start>. Acesso em: 07 set. 2020.

TAVARES, Romero. Construindo mapas conceituais. **Ciências & Cognição**, [S.L], v. 12, n. 2, p. 72-85, 13 out. 2007. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v12/m347187.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

TWEET. In. DICIONÁRIO Priberam. 2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/tweet> Acesso em: 21 ago. 2020.

UCHOA, Pablo. **Brasil pede esclarecimentos aos EUA após denúncias de espionagem**. 2013. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130704_patriota_nsa_pai. Acesso em: 27 out. 2020.

UOL. **Fala da OMS é tirada de contexto para dizer que órgão é contra isolamento**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2020/05/06/fala-da-oms-e-tirada-de-contexto-para-dizer-que-orgao-e-contra-isolamento.htm>. Acesso em: 04 nov. 2020.

VAN BAVEL, Jay J.; PEREIRA, Andrea. The Partisan Brain: an identity-based model of political belief. **Trends In Cognitive Sciences**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 213-224, mar. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tics.2018.01.004>.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional - bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília - Df, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

WARDLE, Claire. **Information disorder: the essential glossary**. [s.l.]: Havard Kennedy School - Shorenstein Center On Media, Politics And Public Policy, 2018. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2018/07/infoDisorder_glossary.pdf?x20994. Acesso em: 06 maio 2020.

_____. Uma nova desordem mundial: nossa tendência a compartilhar conteúdo sem refletir é usada para disseminar desinformação. **Scientific American**, São Paulo, v. 18, n. 201, p. 46-51, nov. 2019.

_____; DERAKSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. [S.L.]: Council Of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 15 ago. 2020.

WILSON, Patrick. **Second-hand knowledge**. Greenwood Press – Westport, Connecticut, 1983.